



Fórum Sindical
em Saúde, Trabalho
e Direitos Humanos
do DF e Região

DOSSIÊ DO FÓRUM SINDICAL SAÚDE, TRABALHO, DIREITOS HUMANOS DF E REGIÃO

*Documento reúne os principais dados e debates
promovidos pelo Fórum no ano de 2025*

Sumário

Apresentação	3
História, contexto e fundamentos	3
Metodologia	5
Primeiras ações	7
Perspectivas	8
Consolidação do Fórum	8
Manifesto	8
Contra a escala 6x1	14
Agenda e principais acontecimentos do ano	16
Ata da reunião com trabalhadores de aplicativo	16
Relatoria da Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região	19
Sumário Executivo Pré-Conferência Livre Regional DF e Região	50
A Construção da Pré-Conferência Livre Regional DF e Região (2025) e sua Metodologia	65
Ata da reunião do dia 21 de abril	68
Ata da reunião do Fórum do dia 14 de maio	81
Ata da reunião do dia 3 de novembro	83
Ata da reunião do dia 14 de novembro	88

Dossiê Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região

Período: janeiro de 2025 a dezembro de 2025

Apresentação

O presente dossiê tem como objetivo reunir a memória institucional e política do Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal e Região, no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025.

Este documento consolida os materiais produzidos e utilizados ao longo do processo de construção e consolidação do Fórum, incluindo documentos orientadores da pré-conferência, atas de reuniões, palestras, sínteses de debates, pontos de discussão e registros metodológicos.

Trata-se de um registro da caminhada coletiva de sindicatos, movimentos populares e instituições de pesquisa que, em articulação, buscam fortalecer a defesa da saúde, do trabalho digno e dos direitos humanos no Distrito Federal e região.

História, contexto e fundamentos

O Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região nasceu de uma retomada coletiva. Tudo começou com uma reunião no Sindicato dos Bancários, quando um grupo de pessoas que já havia atuado junto ao Cerest e em cursos de vigilância em saúde do trabalhador decidiu reconstruir esse diálogo e dar novo fôlego à articulação entre saúde e mundo do trabalho.

Naquele momento, muitos dos que hoje integram o Fórum vinham de experiências interrompidas dentro do Ministério da Saúde e queriam retomar as ações a partir do território. O reencontro com antigas parcerias — entre elas trabalhadoras e trabalhadores ligados a projetos de vigilância popular, multiplicadores de saúde e educação popular — reacendeu o desejo de criar um espaço que unisse formação, ação e mobilização sindical.

A ideia inicial era simples, mas potente: reunir sindicatos, o Cerest, instituições de ensino, movimentos sociais e representantes de diversas categorias para discutir como o trabalho e o ambiente impactam diretamente a saúde das pessoas. A partir dessa construção, o grupo começou a desenhar metodologias próprias, como as enquetes engajadas, as cartografias críticas e os espaços de formação-ação, que hoje são a base da atuação do Fórum.

O projeto foi se fortalecendo com a ampliação dos vínculos interinstitucionais e com a ideia de criação de um observatório, a ser um espaço de acompanhamento e reflexão permanente sobre as condições de trabalho e saúde na região. Nesse percurso, encontros, oficinas e reuniões foram estruturando um método vivo, coletivo e territorial, que tem na escuta e na prática compartilhada seus principais fundamentos.

Assim o Fórum nasceu: da memória das lutas passadas, da necessidade de reorganizar a ação política no território e do compromisso com a saúde e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

O Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal e Região é uma construção coletiva nascida da urgência de transformar escuta em movimento, denúncia em mobilização e experiência vivida em ação política concreta. Constitui-se como resposta às múltiplas formas de precarização e violência que atravessam o mundo do trabalho e impactam diretamente a saúde, a dignidade e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

Mais do que um espaço técnico, o Fórum é território de escuta ativa, denúncia, formulação e reinvenção. É um espaço permanente de articulação entre sindicatos, movimentos sociais, instituições públicas, universidades e comunidades — que reconhece no cuidado uma forma de luta, e na luta, uma prática profunda de cuidado.

Inspirado pela Reforma Sanitária, pela tradição crítica da Saúde Coletiva e pela luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade — dos bancários aos motoboys, das enfermeiras às profissionais da limpeza urbana, dos assentamentos rurais às periferias urbanas —, o Fórum reafirma que a saúde do trabalhador é indissociável da luta por justiça social, da reconstrução do sentido do trabalho e do fortalecimento da democracia.

Sua atuação parte do reconhecimento de que as condições de trabalho estão diretamente relacionadas à luta de classes e atravessadas por desigualdades de gênero, raça, idade e deficiência. Por meio de práticas territoriais, formações críticas e metodologias participativas, o Fórum desenvolve ações de vigilância popular em saúde do trabalhador, com base em cartografias críticas, enquetes engajadas, educação popular e processos contínuos de formação-ação.

Guiado pela convicção de que o saber situado da classe trabalhadora é central para transformar os ambientes laborais em espaços de vínculo, criação, pertencimento e bem-estar, o Fórum busca dar visibilidade ao sofrimento silenciado da classe trabalhadora e fortalecer vínculos entre diferentes categorias e territórios.

Nosso compromisso é com uma vigilância em saúde feita com, por e a partir das trabalhadoras e trabalhadores — uma vigilância que transforma sofrimento em mobilização e invisibilidade em protagonismo. Defendemos o trabalho como prática livre, criativa e solidária: uma aposta radical e emancipatória na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e profundamente democrática.

Metodologia

A metodologia adotada em todas as etapas de trabalho foi dialógica e dialética, permitindo que os(as) trabalhadores(as) compartilhassem suas experiências, percepções e vivências no campo do trabalho e da saúde.

As atividades foram desenvolvidas por meio de rodas de escuta, rodas de conversa, oficinas e inserções territoriais, criando espaços de acolhimento, reflexão e formulação de propostas a partir da realidade concreta do trabalho.

A ação educativa popular é um dos eixos estruturantes do Fórum e está inspirada nos princípios da educação popular freiriana. Compreende a educação como um processo de conscientização e transformação social, que parte do diálogo entre diferentes saberes — o científico e o popular — e busca estimular a reflexão crítica sobre as condições de vida e trabalho.

Diferentemente da educação tradicional, essa prática prioriza a escuta, a problematização e a construção compartilhada do conhecimento, em consonância com a realidade concreta dos sujeitos do trabalho. Assim, a ação educativa popular fortalece o protagonismo dos(as) trabalhadores(as) na formulação de estratégias de enfrentamento e na construção de soluções coletivas para os desafios vividos em seus territórios e categorias.

O Fórum busca, assim, integrar o conhecimento técnico e científico às experiências reais dos(as) trabalhadores(as), por meio de metodologias ativas e participativas que reconhecem o saber da prática e a vivência cotidiana como fontes legítimas de conhecimento.

Entre essas metodologias, também destacam-se a Enquete Engajada e a Cartografia Crítica.

Inspirada na Enquete Operária de Karl Marx e nas experiências da Reforma Sanitária Italiana, que mobilizou a classe operária nos anos 1970, a Enquete Engajada consiste em um processo de escuta ativa junto à base trabalhadora, buscando identificar riscos, agravos e desigualdades nos ambientes de trabalho. Essa escuta tem caráter político e transformador, ao mesmo tempo em que instiga sindicatos, o SUS e instituições públicas a atuarem na proteção e promoção da saúde do trabalhador.

Já a Cartografia Crítica constitui-se como uma ferramenta de mapeamento participativo, que busca tornar visíveis as desigualdades, os riscos e as percepções invisibilizadas nas dinâmicas territoriais. Essa metodologia registra a memória coletiva e o olhar da comunidade sobre o território, conectando trabalhadores e trabalhadoras à luta por direitos e políticas públicas de saúde, trabalho e dignidade.

Ambas as metodologias — Enquete Engajada e Cartografia Crítica — alimentam o Observatório do Fórum, que será estruturado como um espaço permanente de produção e sistematização de informações sobre saúde e trabalho. Esse Observatório, que terá, em breve, seu espaço físico, consolidará um ciclo contínuo de ação: informar – formar – agir, que será orientado pelo propósito de fortalecer a vigilância popular em saúde do trabalhador e potencializar o protagonismo das classes trabalhadoras na transformação social.

Primeiras ações

As primeiras ações do Fórum têm sido desenvolvidas em parceria com **enfermeiros(as), bancários(as), motoboys, profissionais da limpeza urbana**, além de **trabalhadores(as) de comunidades como o Sol Nascente** e de **assentamentos da reforma agrária**.

Essas experiências iniciais têm possibilitado a criação de redes locais de escuta e vigilância popular em saúde, articulando diferentes categorias profissionais e territórios em torno da defesa da vida e do trabalho digno.

Perspectivas

No cerne da atuação do Fórum estão a informação, a formação, a ação educativa popular e a ação territorial, construídas de forma participativa, com o objetivo de fortalecer a luta por saúde, trabalho digno e direitos humanos para todas as categorias trabalhadoras.

Como meta para 2026, o Fórum propõe a criação de um Observatório com espaço físico no Sol Nascente, voltado para:

- a promoção da educação e da vigilância popular em saúde;
- a escuta das diversas categorias de trabalhadores da região administrativa;

O Fórum também propõe a realização de cursos de formação em vigilância em saúde do trabalhador, para que eles virem vigilantes em saúde e passam o conhecimento para a categoria, ao promover o protagonismo e a autonomia da classe trabalhadora nos territórios.

Consolidação do Fórum

O Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região consolida-se como um espaço de formação, escuta e mobilização popular, comprometido com a defesa da vida, da democracia e da justiça social.

Este dossiê é, portanto, um instrumento de memória e de ação, que registra uma experiência coletiva de construção do conhecimento e reafirma o compromisso com uma educação popular emancipadora, que reconhece e valoriza os(as) trabalhadores(as) como sujeitos centrais da transformação social.

Manifesto

O Fórum em 2025 criou um manifesto como resposta à crescente precarização das relações de trabalho e ao avanço de modelos produtivistas que adoecem e desumanizam quem vive do próprio trabalho. O documento nasce das escutas, rodas e oficinas realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras, transformando suas experiências e denúncias em uma voz coletiva de resistência. O manifesto expressa a convicção de que não há saúde sem trabalho digno, e que o direito ao descanso, ao convívio e ao lazer é parte essencial da vida e da saúde. Mais do que uma denúncia, ele representa um chamado à ação: para transformar o sofrimento em mobilização, o isolamento em solidariedade e a indignação em força política capaz de construir ambientes de trabalho saudáveis e jornadas humanas

Resumo do manifesto

O Fórum surge como resposta à crescente precarização das relações laborais e ao avanço de modelos que intensificam o sofrimento e o adoecimento de quem trabalha.

Entre as expressões mais graves dessa realidade, está a imposição da jornada 6x1, que elimina o direito ao descanso regular, destrói a convivência familiar e social, e transforma a rotina laboral em um ciclo contínuo de exaustão.

Essa jornada, adotada em diversos setores, fere princípios básicos de saúde, segurança e direitos humanos, comprometendo a integridade física e mental de milhares de trabalhadoras e trabalhadores.

Acreditamos que não há saúde sem trabalho digno, e que o tempo para o descanso, o lazer e o convívio é parte essencial do direito à vida.

Denunciamos as jornadas exaustivas, as escalas abusivas e o modelo produtivista que desumaniza o trabalho e transforma o cansaço em rotina.

Trabalhar seis dias e descansar apenas um não é normal.

É expressão de um sistema que prioriza o lucro sobre as pessoas, a pressa sobre o cuidado e o rendimento sobre o bem-estar.

O Fórum se consolida como um espaço permanente de diálogo, produção de conhecimento e articulação política.

Por meio de ações de vigilância popular em saúde, enquetes engajadas e do futuro Observatório Sindical, buscamos tornar visíveis as formas de adoecimento e violação de direitos que ainda permanecem silenciadas, e propor caminhos concretos de transformação.

Nosso compromisso é com a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, com jornadas humanas e com o reconhecimento de que o descanso é parte indissociável da saúde.

Queremos transformar o sofrimento em mobilização, o isolamento em solidariedade e a denúncia em ação coletiva.

Cuidar da saúde de quem trabalha é cuidar da sociedade.

Defender o direito ao descanso, à dignidade e à vida plena é afirmar um projeto de país mais justo, democrático e humano.

O Fórum Sindical: Saúde, Trabalho e Direitos Humanos reafirma seu compromisso com a construção de políticas públicas que coloquem o trabalho a serviço da vida — e não a vida a serviço do trabalho.

Manifesto do Fórum Sindical: Saúde, Trabalho e Direitos Humanos – Construção Coletiva de vigilância popular em saúde do trabalhador

1.É chegada a hora de transformar escuta em movimento, denúncia em mobilização e experiência vivida em ação política concreta. O que se construiu até aqui não foi apenas diagnóstico, foi vínculo, enraizamento e coragem coletiva. Caminhamos com quem sabe, sente e resiste, e também com quem sonha, realiza e transforma. Com quem reconhece no cuidado uma forma de luta, e na luta uma forma de cuidar. Este é o tempo de mergulhar nos territórios não como quem observa de fora, mas como parte viva do chão que pulsa. De assumir, sem hesitação, o compromisso com a proteção da saúde da classe trabalhadora em todas as suas expressões e realidades. É tempo de fazer do território um campo de reinvenção da saúde, da vida e da dignidade, da reconstrução do sentido do trabalho, como espaço de pertencimento, criação e vínculo. De afirmar que há força na palavra partilhada, potência na memória organizada e futuro na ação que nasce do cotidiano de luta e também de esperança dos trabalhadores e das trabalhadoras.

2.O Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal e Região nasce como resposta político-pedagógica às múltiplas formas de precarização que atravessam o mundo do trabalho e impactam diretamente a saúde, a dignidade e os direitos fundamentais da classe trabalhadora.

3.Fruto da articulação entre sindicatos, movimentos populares, Conselhos de Saúde (Distrital e Nacional), instituições de pesquisa e ensino (como a Fiocruz e UNB) e entes públicos (Ministérios da Saúde, Trabalho, Previdência, Ministério Público, Congresso Nacional, Câmara Distrital, SES, CERES DF e CERESTs), o Fórum, a partir de debates na Fiocruz DF, constitui-se como espaço permanente de escuta, denúncia, formação, formulação coletiva. Assim, provoca ações permanentes e continuadas de mobilização e engajamento de trabalhadores(as) para vigilância popular em saúde de base territorial e participativa. No cerne da sua atuação, está a informação / comunicação, formação, ação de educação popular e gestão territorial participativa em saúde, trabalho e direitos humanos. Nele, o protagonismo de trabalhadores(as) é reconhecido como eixo estruturante de todas as ações.

4. A criação do Fórum não é um ponto de chegada, mas parte de uma trajetória histórica de lutas. Articula saúde, trabalho e direitos humanos como dimensões inseparáveis para reivindicar a construção de uma sociedade mais justa. Inspira-se em experiências anteriores, como o Fórum Intersindical de Saúde, Trabalho e Direito, da Fiocruz/RJ, situado há 10 anos atrás, e responde aos desafios das novas formas de exploração.

5. O compromisso do Fórum está na construção de uma abordagem interseccional/consustancial, intersetorial de classe e territorial para os temas do trabalho, saúde e direitos humanos. Isso significa reconhecer que os problemas enfrentados no ambiente laboral não são abstratos. Eles estão situados em experiências concretas, marcadas por raça, classe, deficiência, identidade, gênero e orientação sexual, idade e outras desigualdades / marcadores sociais da diversidade, dentro da perspectiva social da saúde.

6. O Fórum atua por meio de metodologias participativas, como oficinas temáticas, rodas de escuta e conversa, processos de formação-ação e práticas de vigilância popular em saúde. Destacam-se a implementação da enquete engajada junto aos movimentos sindicais e movimentos sociais/populares e da cartografia crítica dos territórios. Essas ferramentas alimentam o Observatório do Fórum, que transforma dados em ação política, enfrentando a epidemia de adoecimento causada pela constante exposição aos riscos biopsicossociais decorrentes da exploração de classe imposta pelo capital.

7. Ao mesmo tempo, essas práticas ajudam a reconstruir o sentido do trabalho como espaço de escuta, reconhecimento, transformação coletiva e de relação humana, em conexão com a natureza. Embora, atualmente, seja um local de sofrimento e sequestro da vida, precisamos reconstruir como território de reinvenção do humano e de solidariedade.

8. Busca-se, com isso, derrubar muros e construir pontes entre as políticas públicas e a vida oprimida dos trabalhadores(as). A vigilância em saúde do trabalhador não é vista como instrumento técnico ou burocrático. Ela se realiza como prática política viva, situada e feita para, com e a partir de quem vivencia os agravos no

processo produtivo. A crítica emerge justamente do desejo de que o trabalho volte a ser espaço de vida plena e solidariedade, um espaço atravessado pelas relações humanas, como nos ensinou, de forma contundente, a experiência da pandemia.

9. O Fórum constituirá seu Observatório, e a partir da ideia da Enquete Operária de Marx, aqui traduzida como Enquete Engajada, com o objetivo de conscientizar os(as) trabalhadores(as) e instigar sindicatos, instituições públicas de saúde e o SUS a assumirem sua responsabilidade principista de proteger a saúde do trabalhador(a) brasileiro(a). Somos também inspirados pela Reforma Sanitária Italiana, resultado da mobilização da classe operária na década de 1970, que, diante de condições de trabalho desumana, exigiu uma saúde pública comprometida com a realidade concreta do mundo do trabalho.

10. Essa experiência histórica influenciou profundamente a afirmação de sistemas públicos de saúde comprometidos com a justiça social, como o modelo cubano, o Sistema Nacional de Saúde Britânico (NHS) e o próprio SUS brasileiro. Apesar de contextos distintos, esses modelos convergem em fundamentos estruturantes: trabalho em equipe de profissionais comprometida com a classe trabalhadora; prevenção, promoção e cuidado; atenção integral à saúde e territorialização das ações. A partir disso, o Fórum propõe a discussão do trabalho, saúde e ambiente como organizador da saúde no território, em consonância com os princípios que regem o SUS: de universalidade, integralidade, equidade e participação social.

11. É a partir dessa convergência teórico-prática que o Fórum propõe sua atuação - compreende que o saber situado de trabalhadores e trabalhadoras é central para a análise e transformação das relações e condições de trabalho, em que a vigilância em saúde deve ser crítica, popular, enraizada nos territórios e orientada por um projeto coletivo de sociedade, no qual o trabalho é reconhecido como espaço humano emancipatório de ação transformadora de ambientes de trabalho que cultivem vínculos, autonomia e sentido do trabalho.

12. O Fórum reúne sanitaristas, militantes da saúde e representantes sindicais e populares. A partir de uma abordagem sindical e territorial, a princípio, as discussões

e debates tem construído ações com as categorias de enfermeiros(as), bancários(as), motoboys e profissionais da limpeza urbana, e também com a participação de trabalhadores(as) das comunidades periféricas (foco na comunidade do Sol Nascente) e de assentamentos de reforma agrária. Essa diversidade fortalece seu caráter plural e enraizado. Amplia-se, assim, a escuta e a representação de realidades territoriais e condições muitas vezes silenciadas ou criminalizadas.

13. Nesse campo de atuação, o Observatório constitui-se como instrumento metodológico de informação e comunicação do Fórum. Três pilares metodológicos de produção de conhecimento orientam a atuação do Fórum: a) processo pedagógico de formação-ação crítica e contínua; b) enquête engajada e cartografia crítica; c) incidência política articulada, com cobrança ativa das instâncias responsáveis pela formulação e deliberação de políticas públicas.

14. O Observatório gera um ecossistema de escuta, análise crítica, mobilização e proposição, exigindo do SUS a responsabilidade efetiva com a saúde dos(as) trabalhadores(as). Ele acolhe e sistematiza experiências e denúncias, convertendo-as em conhecimento acessível.

15. Ao reafirmar que cuidar da saúde dos(as) trabalhadores(as) é também cuidar da democracia, da solidariedade e da vida, o Fórum se coloca como ferramenta estratégica de transformação coletiva, atento à necessidade de combater a desumanidade das novas formas de exploração no trabalho contemporâneo. Reivindicar o direito ao cuidado no trabalho é, também, afirmar o trabalho como campo legítimo de construção de vínculos, propósito e pertencimento.

16. O Fórum se apresenta como instrumento de transformação coletiva, enfrentando as novas formas de exploração e desumanização no trabalho. Defende o trabalho como dimensão fundamental da existência humana e, por isso, discutir o trabalho é também discutir a sociedade que queremos. Reorganizar sua concepção é romper com a lógica da exploração, da invisibilidade e do sofrimento. A capacidade de lutar contra tudo que nos oprime é saúde. Lutar por saúde no trabalho é afirmar um pacto de cidadania, em que o trabalho deixa de ser apenas meio de sobrevivência e passa a ser apropriado pela classe trabalhadora, em prol do desenvolvimento

subjetivo, enquanto sujeito - fundamento de sua individuação e enquanto sociedade.

17. Por fim, condenamos a sociedade que transforma o trabalho em medida de valor absoluto, esvaziando o sentido político do trabalho, substituindo o agir por repetir, o pensar por fazer, o existir por produzir, o retorno aos “tempos modernos” da Revolução Industrial. Quando isso ocorre, o trabalho deixa de ser espaço de vínculo, reconhecimento, realização e bem-estar, e passa a ser apenas sobrevivência. Retomar o trabalho como prática livre, criativa e solidária é, portanto, uma aposta emancipatória na transformação social para a construção de uma sociedade justa e humanitária.

***Executiva do Fórum:** Alberto E S P Okada; Amadeu Alvarenga; Cláudia d’Arede; Conceição de Maria Costa; Gizele Pozzetti; Jorge Mesquita H Machado; Jorge Henrique S S Filho; Letícia Silva Alves; Lura Machado; Maíra Valério; Rafael Bastos; Thiago Sebastião de Melo e Vanessa Sobreira.*

Contra à Escala 6X1

Nesse contexto, a denúncia contra a jornada 6x1 e outras formas de exploração se conecta diretamente à razão de ser do Fórum Sindical: enfrentar a lógica que transforma o trabalho em desgaste, adoecimento e perda de dignidade. Se o Manifesto afirma o território e a experiência vivida como campos de reinvenção da saúde e da vida, é justamente porque práticas como jornadas exaustivas roubam da classe trabalhadora não apenas o descanso, mas também a possibilidade de existir com plenitude. Lutar contra essa realidade é, portanto, continuidade da luta que o Fórum propõe: transformar a indignação em ação coletiva e afirmar o direito ao trabalho como espaço de cuidado, pertencimento e emancipação.

Manifesto do Fórum Sindical denuncia a exploração que adocece e defende o direito ao descanso e à dignidade no trabalho

Nenhum trabalhador(a) deve pagar com a saúde o preço da sobrevivência.

Seis dias de trabalho para um de descanso. Para muitos, essa conta não fecha; e não fecha porque o corpo e a mente não aguentam. É a realidade de milhares de trabalhadores(as) da limpeza urbana, motoristas, enfermeiros(as) e bancários(as), que enfrentam jornadas exaustivas e um sistema que trata desgaste e adoecimento como parte natural da profissão.

A lógica é sempre a mesma: ganha-se pouco, trabalha-se muito. Para garantir o básico, muitos chegam a 60, 70, 80 horas por semana. Em alguns casos, não há sequer um único dia de descanso no mês. Isso não é dedicação; é exploração que adocece e mata.

Sem tempo para recuperação, aumentam os acidentes, as lesões e as doenças ocupacionais. Na limpeza urbana, o corpo sente o peso e o risco diário. Nos transportes, motoristas enfrentam longas horas ao volante, sob pressão constante. Na saúde, enfermeiros(as) lidam com o esgotamento físico e emocional, enquanto nos bancos o ritmo e as metas transformam a jornada num campo de tensão permanente.

A situação piora com a ausência de proteção previdenciária e de segurança real: muitos trabalham doentes ou lesionados porque não têm a quem recorrer. Mulheres enfrentam ainda barreiras específicas, como a falta de acesso a banheiros e a exposição a assédios e violências.

E há a contradição mais cruel: quem leva comida, muitas vezes volta para casa em insegurança alimentar. Quem cuida da saúde de outros, nem sempre tem condições de cuidar da própria. Quem mantém a cidade viva, não tem garantias de que sua própria vida será respeitada.

Não é normal viver assim.

A luta contra a jornada 6x1 e contra todas as formas de sobrecarga é uma luta por dignidade, por descanso, por saúde e por vida plena. É hora de transformar a indignação em organização, e a organização em força coletiva para mudar essa realidade. Queremos saúde no trabalho, queremos

Descansar é um direito. Viver com saúde é inegociável. Queremos saúde no trabalho e vida além do trabalho.

Agenda e principais acontecimentos do ano

Ao longo de 2025, o Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região consolidou sua atuação por meio de uma intensa agenda de encontros, debates, articulações e ações territoriais. Reunimos aqui os principais momentos dessa caminhada coletiva — compromissos, reuniões, formações, oficinas e eventos — que expressam a vitalidade e o compromisso com o trabalhador que sustentam o Fórum.

Entre esses marcos, destaca-se a realização da **Pré-Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**, ápice de um processo de construção coletiva que sintetizou as escutas, diagnósticos e propostas acumuladas ao longo das atividades do ano.

Mais do que um evento, a Pré-Conferência representou um momento de convergência das vozes e experiências das trabalhadoras e trabalhadores, reafirmando o Fórum como um espaço de diálogo, formulação e ação concreta em defesa da saúde, do trabalho digno e dos direitos humanos.

A seguir, apresentamos a linha do tempo com os principais acontecimentos que marcaram a trajetória do Fórum entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025.

ATA DA REUNIÃO COM TRABALHADORES DE APLICATIVO

Atividade Informativa | Trabalhadores de Aplicativo Data: 13 de fevereiro de 2025

Horário: 08h - 11h30 Local: Loja Honda Asa Sul



1. Participantes

- Trabalhadores(as) de aplicativo
- Representantes do Sindicato Coopera - Trabalhadores de App
- Empresa organizadora do evento
- Colaboradores da Honda

2. Pauta e Principais Pontos Levantados

Capacitação em Cooperativismo para Trabalhadores de Aplicativo

- Iniciativa apresentada pela Coopera
- Importância da organização coletiva para melhor negociação de condições de trabalho
- Dificuldades e benefícios do modelo cooperativo

Questões Trabalhistas e Segurança no Trabalho

- Necessidade de esclarecimento sobre direitos e garantias
- Suporte para acidentes durante o trabalho
- Falta de auxílio-acidente por parte das plataformas
- Dificuldades financeiras para aquisição de equipamentos de segurança
- Possibilidade de subsídios ou financiamento de equipamentos

Novos Assuntos Levantados

- Assédio na categoria feminina: apenas 3 a 5% da categoria é composta por mulheres, que enfrentam dificuldades específicas
- Exploração de trabalhadores como propaganda gratuita pelas empresas de aplicativo

- Falta de reajuste nas taxas repassadas aos trabalhadores há três anos
- Manobras das Operadoras Logísticas (O.L.S.) para se isentar de responsabilidades
- Banimentos sem justificativa e falta de critérios claros para penalizações

Diálogo com Plataformas e Estabelecimentos

- Falta de suporte adequado: trabalhadores não são considerados parte da equipe das plataformas nem dos estabelecimentos onde retiram pedidos
- Treinamento para estabelecimentos no recebimento dos trabalhadores
- Importância da distinção de gênero dentro da categoria devido à sua desigualdade
- Sugestão de uma carga horária semanal limite (exemplo: 28h) para evitar exploração excessiva
- Problemas com pedidos ilegais (exemplo: transporte de substâncias ilícitas sem consentimento)

3. Ações Necessárias

- Fortalecer a rede de apoio entre os trabalhadores
- Criar espaços comuns para identificação de necessidades
- Promover capacitações e informações sobre cooperativismo e direitos
- Estabelecer canais de diálogo com as plataformas para melhorias
- Levantar demandas específicas para suporte as mulheres
- Buscar formas de financiamento ou apoio para aquisição de equipamentos de segurança

4. Contatos para Diálogo Futuro

- Geisiele (Motogirl): (61) 9 8598-9309
 - Karol: (61) 9 8525-6013
 - Robertinho: (61) 9 9144-1136
 - Carolina: (61) 9 9193-2071
- Relatoria da Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região

Relatoria da Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região

A Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região foi concebida como espaço ampliado de escuta, análise crítica e construção coletiva de propostas para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT). Realizada de forma democrática e participativa, reuniu representantes de movimentos sociais, sindicatos, universidades, instituições públicas e comunidades do DF e Entorno. O evento teve como objetivo central articular territórios, categorias e vivências diversas, produzindo uma leitura integrada dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora e apontando caminhos concretos para o fortalecimento das políticas públicas de saúde, trabalho e participação popular. O presente documento sistematiza os debates e propostas emergentes, buscando manter o espírito de escuta ativa, análise situada e compromisso com a transformação social que marcou toda a conferência.

MESA 1 - ABERTURA

Componentes da Mesa:

- **Lura Machado** – Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- **Rafael Bastos** – Coordenação da Vigilância em Saúde do Trabalhador
- **Jacinta Sena** – Diretora Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)

- **Henrique Torres** – Assessor do Deputado Gabriel Magno
- **Jorge Henrique** – Presidente do Sindicato dos Enfermeiros (Coordenador)
- **Vanessa Sobreira** - Sindicato dos Bancários DF
- **Elaine Faria Morelo** - Diretoria de Saúde do Trabalhador – DISAT/CEREST DF
- **Clóvis Veloso Neto** - Coordenador da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT)
- **Abel Santos** - representante dos trabalhadores de aplicativo
- **Raimundo Nonato** - Sindicato de Limpeza Urbana do DF (Sindlurb)

A abertura da Pré-Conferência foi marcada por falas potentes e atravessadas por experiências de luta, denúncia, resistência e compromisso com a transformação das condições de trabalho e com a defesa da saúde como direito. A diversidade de vozes expressou a complexidade dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora no contexto atual, especialmente no Distrito Federal e entorno.

Lura Machado, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), abriu a conferência destacando a importância de olhar para o trabalho a partir dos territórios e das vivências concretas dos sujeitos. Defendeu que a saúde do trabalhador só pode ser compreendida quando se valoriza sua identidade, sua cultura e suas condições de vida, afirmando que **“não é possível discutir saúde do trabalhador sem falar de luta”**. Para ela, o acesso à terra e à saúde são direitos indissociáveis do trabalho digno. **Lura criticou o paradigma mecanicista e tecnicista que ainda marca as políticas públicas, defendendo que é preciso acolher o sujeito em sua singularidade e superar a lógica que transforma trabalhadores em peças de engrenagem.** Ressaltou que as dinâmicas culturais e a realidade dos territórios devem orientar as políticas de saúde laboral, sob pena de se produzirem respostas genéricas e ineficazes. Apontou como temas prioritários para o debate a necessidade de repensar a jornada 5x2, o impacto da uberização, a politização dos trabalhadores e a saúde mental como dimensão estrutural do mundo do trabalho. Sua fala foi permeada por uma

perspectiva crítica e pedagógica, chamando atenção para o papel das lutas populares na construção de sentido para o trabalho. Concluiu afirmando que **“quando o trabalho passa a fazer sentido para os sujeitos, eles se tornam capazes de tolerar o sofrimento”**, defendendo o trabalho como potência de transformação pessoal e coletiva.

Rafael Bastos, da Coordenação da Vigilância em Saúde do Trabalhador, reforçou a importância de disputar os espaços institucionais com voz ativa da classe trabalhadora. Ao apresentar os três eixos da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT), defendeu que a efetivação das políticas de saúde do trabalhador depende de participação popular, fiscalização das ações públicas e territorialização das propostas. Enfatizou que **“todos os trabalhadores – formais e informais – precisam ser contemplados nas políticas públicas”**, defendendo uma visão ampliada do SUS e dos espaços de controle social. Criticou a baixa realização de conferências no DF e chamou atenção para o papel estratégico dos CERESTs, conselhos e fóruns como instâncias de protagonismo da classe trabalhadora. **“O SUS só será forte quando o povo tiver voz ativa”**, declarou, deixando clara a urgência de que as propostas construídas resultem em políticas concretas.

Jacinta Sena, presidenta da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), iniciou sua fala saudando a presença expressiva de mulheres na conferência e ressaltando a importância do momento pré-conferencial como espaço de escuta e construção coletiva. Destacou que vivemos um cenário de avanço da ultradireita e do ultraneoliberalismo, com ataques sistemáticos aos direitos sociais, à solidariedade e ao SUS — que, segundo ela, enfrenta um processo de apagamento no DF. Ela denunciou os efeitos do individualismo e da desinformação sobre os trabalhadores, apontando que somente a ação coletiva pode enfrentar os desafios atuais. Parabenizou o Fórum por priorizar setores estratégicos — bancários, limpeza urbana, enfermagem e trabalhadores por aplicativo — e chamou atenção para as novas formas de exploração travestidas de autonomia. **“Esses trabalhadores muitas vezes acreditam ser autônomos, mas, ao conversarem entre si, percebem que são completamente controlados e submetidos a sistemas de exploração modernos.”** Defendeu políticas públicas que incorporem as dimensões de gênero, classe e interseccionalidade, reafirmando que **“o que está em jogo hoje é a própria democracia e os direitos sociais”**. Para Jacinta, fortalecer o SUS e os

movimentos populares é urgente, assim como desenvolver estratégias capazes de enfrentar um cenário político cada vez mais adverso.

Henrique Torres, assessor do deputado Gabriel Magno, reforçou o papel histórico da classe trabalhadora na conquista dos direitos, e lembrou que essa luta não se encerra em mandatos parlamentares, mas se sustenta na organização coletiva. Ao refletir sobre os impactos das emergências climáticas na saúde do trabalhador — especialmente entre os que atuam em espaços expostos como a limpeza urbana e a agricultura — apontou que **“1 em cada 3 mortes por melanoma ocorre entre trabalhadores”**. Trouxe ainda uma crítica contundente à privatização da saúde pública no DF, com destaque para a atuação do IGES e os longos tempos de espera no atendimento, que refletem o colapso da gestão pública. Encerrando, reiterou que é preciso resgatar o papel dos espaços públicos de diálogo e reconstruir a política a partir da base: **“as lutas não dependem apenas de mandatos parlamentares, mas da organização coletiva”**.

Jorge Henrique, presidente do Sindicato dos Enfermeiros, trouxe a perspectiva de quem atua na linha de frente da saúde, ressaltando a importância da participação do sindicato no Fórum do DF. Para ele, **“a luta dos enfermeiros representa muito mais do que a valorização de uma categoria. É a expressão concreta das lutas amplas da classe trabalhadora diante dos desafios contemporâneos”**. Destacou que o neoliberalismo global impacta diretamente as condições de trabalho no Brasil e que o desinvestimento nos serviços públicos, somado às mudanças climáticas e aos desastres socioambientais, desafia continuamente a capacidade de resposta do SUS. Defendeu que **é essencial pensar a saúde do trabalhador com base na ecologia humana e em um enfoque ecossistêmico, conectando saúde, território e meio ambiente**. Segundo ele, o Fórum Sindical, junto a movimentos populares e categorias organizadas, tem buscado desenvolver uma leitura popular e contextualizada das dinâmicas do trabalho. **Apresentou como proposta estratégica a construção de uma cartografia do trabalho no DF, capaz de mapear as realidades locais e os processos de adoecimento nos territórios**. A formação política e técnica da classe trabalhadora, segundo Jorge, é um caminho fundamental para reconstruir sua capacidade de resistência e proposição. **“A individualização crescente no mundo do trabalho precisa ser enfrentada com novas pautas que toquem a subjetividade”** — defendeu,

reiterando o papel do movimento sindical na escuta sensível e na formulação de políticas públicas enraizadas nas experiências concretas dos trabalhador.

Vanessa Sobreira, do Sindicato dos Bancários, iniciou relatando sua vivência como mãe atípica para destacar a urgência de políticas de cuidado. Lembrou que, nos anos 1990, os principais adoecimentos na categoria eram físicos (como LER/DORT), mas desde 2010 predominam os transtornos mentais. Em 2013, o sindicato criou uma **clínica do trabalho** e um **observatório da saúde do bancário**, em parceria com a UnB, para acolhimento e produção de dados. Ela denunciou o **assédio institucional** e a lógica de metas e competitividade como gatilhos de adoecimento: **“a violência começa no topo e se transforma em sofrimento nas margens”**. Criticou a pejetização, terceirização e uberização, que classificou como **“fraudes trabalhistas”**, e defendeu que os sindicatos passem a integrar ativamente os sistemas de vigilância, junto ao Ministério da Saúde e aos CERESTs, com base em **“transparência, colaboração e respeito mútuo”**.

Elaine Faria Morelo, da DISAT/CEREST-DF, destacou a importância do espaço conferencial para visibilizar as pautas dos trabalhadores e lembrou que o CEREST no DF segue diretrizes nacionais, mas enfrenta limitações. Reforçou que há uma **grande subnotificação dos agravos relacionados ao trabalho**, e que o fortalecimento da rede é fruto direto da luta dos trabalhadores. Defendeu que sem dados confiáveis, **não há como formular políticas públicas efetivas**.

Clóvis Veloso Neto, da CISTT/DF, ressaltou que o setor da saúde privada já é o segundo maior empregador do DF e é composto majoritariamente por mulheres. Por isso, políticas de saúde do trabalhador precisam ter **recorte de gênero** e territorialização. Explicou que a comissão está formalmente ativa, mas precisa ser ocupada pelos movimentos sociais para se tornar efetiva. Apontou como avanço a criação de uma **frente parlamentar distrital da saúde do trabalhador** e de um **Comitê de Prevenção Regional** inicialmente voltado à construção civil. Clóvis lembrou que **“todas as conferências do DF vão desembocar na nacional”**, e que é hora de somar forças.

Abel Santos, do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), iniciou com a frase: **“não fale de nós sem nós”**, criticando a ausência dos trabalhadores por aplicativo nas decisões que os afetam. Denunciou que a narrativa do empreendedorismo tem

encoberto a retirada de direitos, e que muitos trabalhadores da categoria **acreditam serem autônomos, quando na verdade estão completamente desprotegidos**.

Relatou que esses trabalhadores enfrentam jornadas abusivas sem acesso ao Seguro de Acidente de Trabalho, se automedicam ou consomem álcool para aguentar o ritmo, e muitas vezes indicam entre si o uso de medicamentos para restaurar a saúde mental. **“A medicalização vem dos próprios pares como tentativa de suportar o sofrimento”**, disse. Criticou a ausência de estudos sobre o adoecimento dessa população e apontou a precariedade alimentar como um dos fatores que aumentam doenças como o câncer de estômago. Também denunciou a invisibilidade nas campanhas de vacinação. Abel ressaltou o impacto da rotina sobre as famílias: **“os trabalhadores estão tanto tempo fora de casa que não conseguem mais conviver com seus filhos”**. Para ele, as longas jornadas causam distanciamento familiar e problemas que afetam até o desempenho escolar. Concluiu afirmando que **“o trânsito é hoje uma questão de saúde pública”**, e que a luta não é apenas por produtividade, mas por dignidade e vida.

Raimundo Nonato, do Sindlurb, falou com a autoridade de quem tem 20 anos de atuação sindical. Criticou o distanciamento de dirigentes que perderam o contato com a base: **“o sindicalista foi para a sala com ar condicionado”**. Disse que uma das maiores vitórias do capitalismo foi fazer o trabalhador ter vergonha de ser trabalhador. Reafirmou: **“o problema não é a CLT — é o capitalismo”**. Defendeu que categorias como **professores, bombeiros e garis deveriam ter os maiores salários da sociedade**, pela função essencial que desempenham. Lamentou que poucos se mobilizem efetivamente contra a jornada 6x1, apesar das críticas. Encerrou lembrando que os garis, mesmo invisibilizados, são **fundamentais para a saúde pública, o meio ambiente e a vida nas cidades**.

Mesa de debates Saúde Mental, Trabalho e participação social

Componentes da mesa:

- **Jorge Machado** - Coordenador do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho Fiocruz Brasília (Moderador)

•**Simone Oliveira Simone Oliveira** - Pesquisadora e Docente do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da CEESTEH/ENSP/FIOCRUZ

•**Ivanilde Batista** - Educadora popular em saúde e Secretária de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da CUT/GO

A mesa temática da tarde reuniu contribuições potentes sobre os vínculos entre saúde mental, mundo do trabalho e participação popular, revelando como o sofrimento psíquico está diretamente relacionado às formas de organização social e às condições impostas aos trabalhadores. A mediação ficou a cargo de **Jorge Machado**, da Fiocruz Brasília, abriu a mesa reafirmando a centralidade da saúde mental nas pautas contemporâneas sobre o mundo do trabalho. Ele contextualizou a experiência desenvolvida em Goiás durante a pandemia, quando, em parceria com sindicatos e trabalhadores da saúde, foi implementada uma proposta de **vigilância popular em saúde do trabalhador**, ancorada em uma **metodologia de formação contínua, prática e coletiva**. Essa trajetória formativa, segundo Jorge, não apenas qualificou os participantes tecnicamente, mas **revelou o território como campo fundamental de análise e transformação social**. O evento atual, portanto, seria uma continuidade daquele processo, agora mais amadurecido, com o desafio de transformar experiência em política pública. A escolha da saúde mental como eixo da mesa partiu, segundo ele, da escuta direta dos trabalhadores. **“A saúde mental não pode ser tratada como um problema clínico isolado. Ela é expressão das relações sociais, das condições de trabalho e do pertencimento territorial”**, afirmou. Reforçou que as ações construídas no curso, por meio de enquetes, relatos de campo e processos de escuta ativa, demonstram que é possível pensar a saúde mental de forma ampliada, como uma dimensão coletiva da vida. Ao final, Jorge convocou os presentes a se engajarem na proposta de formação e vigilância, destacando que **a construção de respostas verdadeiramente transformadoras depende da experiência vivida, do diálogo entre saberes e do compromisso com os territórios**. Com isso, passou a palavra para as expositoras, convidando a mesa a seguir na reflexão crítica sobre os modos de produzir e cuidar da vida no trabalho.

Simone Oliveira, da ENSP/Fiocruz, iniciou sua fala reafirmando a necessidade de entender o trabalho como espaço de construção de identidade — ou de sua ruptura. Para ela, o trabalho pode promover saúde ou produzir adoecimento, e isso depende das relações sociais, do reconhecimento e das condições em que ele se realiza. Ressaltou que **“a saúde não é ausência de doença, mas a capacidade de adaptação e transformação do meio”**, retomando Canguilhem. Simone alertou para os efeitos devastadores das novas formas de exploração: plataformização, teletrabalho, terceirização e obsolescência programada de funções. Apontou o crescimento de **trabalho análogo à escravidão** no Brasil, citando dados de 2022 com mais de 2 mil pessoas resgatadas. Ela criticou a naturalização da desigualdade e da violência, chamando atenção para as **“zonas cinzentas” do trabalho**, onde não há amparo legal nem proteção institucional. Ressaltou o impacto da precarização como geradora de sofrimento mental, com destaque para o aumento dos casos de **burnout, ansiedade, depressão, suicídio, assédio moral e sexual**. Disse que a pandemia agravou esse quadro, especialmente entre mulheres, jovens e pessoas de baixa renda. Falou ainda sobre a juventude sem perspectiva, muitas vezes atraída pelo discurso de sucesso fácil propagado por influencers. **“Estamos vivendo uma epidemia de desesperança travestida de autonomia”**, alertou. Ela apresentou o conceito de **sofrimento ético**, que se instala quando o trabalhador precisa agir contra seus próprios valores para sobreviver à pressão produtivista. **“Quando você é obrigado a fazer o que considera errado, algo se rompe por dentro — e isso tem nome: sofrimento ético”**. Defendeu que esse sofrimento está na raiz de muitos adoecimentos graves, inclusive o suicídio. Simone também destacou o instrumento **CoPsoQ** como uma ferramenta acessível para identificar riscos psicossociais e promover debates em sindicatos. Encerrando, afirmou que o sindicalismo do futuro precisa estar atento às subjetividades: **“não basta denunciar a precarização — é preciso escutar o sofrimento”**.

Ivanilde Batista, da CUT/GO, trouxe a experiência concreta da **formação em vigilância em saúde do trabalhador** realizada em Goiás. Contou que a iniciativa começou em 2009, a partir da constatação de que municípios inteiros não tinham profissionais qualificados para atuar com saúde do trabalhador. A partir disso, o sindicato elaborou uma proposta de curso, construída coletivamente, com foco em legislação,

metodologias pedagógicas, processos de trabalho e análise crítica. O curso contou com 102 inscritos e 53 concluintes, de diversas áreas da saúde. Ivanilde relatou que a proposta de formação semanal com grupos de aprofundamento favoreceu a construção de vínculos, consciência crítica e fortalecimento do engajamento político. **“A formação fez os trabalhadores perceberem que não estavam sozinhos”**, disse. Os participantes elaboraram uma **cartografia do trabalho**, com imagens e relatos sobre suas rotinas, principalmente durante a pandemia — retratando a sobrecarga, o abandono institucional, a dor e a resistência. Ivanilde abordou também a dificuldade de articulação com outros sindicatos, muitos dos quais ainda resistem a uma pedagogia crítica voltada à transformação, e permanecem mais preocupados com consumo e estrutura do que com base e formação. Encerrando sua fala, informou que está sendo elaborada uma **cartilha pedagógica baseada no curso**, com o objetivo de ampliar o acesso ao conteúdo e criar novas oportunidades de formação. **“Só se transforma aquilo que se conhece — e só se conhece aquilo que se vive”**, afirmou, defendendo que a vigilância só pode ser feita com os trabalhadores, a partir dos seus territórios e experiências.

Mesa de debates – participação, saúde, trabalho e território (DOCUMENTO ORIENTADOR)

Participantes da mesa:

•**Jorge Machado** - Coordenador do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho Fiocruz Brasília (Moderador)

•**Erika Kokay** – Deputada Federal

A terceira mesa foi dedicada à apresentação do **Documento Orientador do Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região**, elaborado no contexto preparatório da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT) e à fala da Deputada Federal Erika Kokay. A fala ficou a cargo de **Jorge Machado**, da Fiocruz Brasília, que informou que o material havia sido enviado por e-mail a todos os participantes cadastrados na conferência e seria referência para os debates nos grupos de trabalho. Entregou uma cópia à Deputada Federal Erika Kokay, destacando que o documento tem natureza **pedagógica, estratégica e política**,

articulando experiências de base e construção coletiva com diferentes categorias — bancários, trabalhadores da limpeza urbana, enfermeiros e trabalhadores por aplicativo. Trata-se de um texto que sistematiza diretrizes e práticas relacionadas ao eixo “**Participação, Saúde, Trabalho e Território**”, apontando caminhos para o fortalecimento da **vigilância popular em saúde do trabalhador** e para a construção de políticas públicas com base territorial.

O documento propõe a articulação entre **formação e ação sindical**, com foco na saúde mental, no enfrentamento aos assédios de classe, gênero e raça, e na valorização do trabalho assalariado como base para a promoção da saúde. Um dos destaques é a proposta de realização de **enquetes engajadas** e **cartografias críticas do trabalho** no DF e Região, integradas aos encontros pedagógicos do Fórum.

Jorge ressaltou que o texto parte do princípio de que **a saúde é produzida nos territórios**, e que os fóruns sindicais devem assumir papel ativo na organização da luta por **condições de trabalho dignas**, articulando-se com o SUS, os movimentos sociais e as universidades. A metodologia de formação descrita é interseccional e participativa, com destaque para as oficinas temáticas, os cursos livres e os encontros interinstitucionais.

Entre as propostas apresentadas no documento, destacam-se:

- Implantação de **dispositivos de governança territorial participativa** para promoção de territórios sustentáveis e saudáveis;
- Criação de **observatórios sindicais e regionais temáticos**, como o de saúde mental e trabalho;
- Fortalecimento e ampliação dos programas de **formação-ação em vigilância popular em saúde, trabalho e ambiente**, com base comunitária e participação direta dos trabalhadores.

Jorge concluiu sua fala convidando os grupos a lerem o documento com atenção e utilizá-lo como base para a construção das propostas da plenária. Ressaltou que a conferência é, antes de tudo, um espaço de formação e mobilização coletiva: “**nós não**

viemos só entregar propostas — viemos construir um processo de luta e transformação com quem vive e sente no corpo os impactos do trabalho”.

O Discurso da Deputada Federal Erika Kokay sobre assédio e saúde do trabalhador

No discurso da deputada Erika Kokay, observa-se uma profunda crítica à estrutura contemporânea do mundo do trabalho, especialmente no Brasil, marcada por múltiplas formas de assédio e violência institucional, organizacional e interpessoal. Sua fala tensiona os limites entre o sofrimento individual e as determinações coletivas e estruturais, ao denunciar um sistema que mina a saúde mental, a dignidade e o tempo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Kokay inicia reconhecendo a multiplicidade dos assédios, denunciando a existência de um **“assédio institucional”** quando órgãos públicos ou instituições deixam de cumprir sua função constitucional e passam a atuar contra seus próprios princípios fundadores. Ela exemplifica esse fenômeno com a atuação da Fundação Palmares promovendo políticas racistas, ou de ministérios que deveriam proteger direitos das mulheres e do meio ambiente, mas que operam de forma antagônica. **“Isso é um assédio institucional, é impedir que as instituições cumpram as suas funções precípuas”**, afirma, evidenciando o uso do aparelho do Estado para deslegitimar direitos sociais.

A deputada avança em sua análise ao denunciar o **assédio organizacional**, que emerge das estruturas opressoras do trabalho. Este tipo de assédio, segundo Kokay, **não depende apenas das relações interpessoais**, mas está inscrito na própria forma de organização do trabalho, que impõe metas inatingíveis, regras ambíguas e critérios de avaliação contraditórios. Ela destaca a perversidade de um sistema onde **“em um determinado momento você é elogiado, e no outro, pela mesma ação, é criticado”**, o que gera insegurança constante e um ambiente instável. Nesse cenário, a subjetividade do trabalhador é atravessada por cobranças que o desestruturam emocionalmente.

Ela não deixa de abordar também o **assédio interpessoal**, muitas vezes alimentado por uma cultura **“sexista e patrimonialista”**, onde relações hierárquicas se impõem de forma violenta sobre corpos racializados, femininos e dissidentes. Erika evidencia que os assédios atingem com maior intensidade **“mulheres, população**

LGBTQIA+, pessoas negras e pessoas com deficiência”, reiterando a interseccionalidade das violências sofridas no ambiente de trabalho.

Ao denunciar a captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do empreendedorismo e da autossuficiência, Kokay explicita o quanto o sistema **individualiza o fracasso e a dor**, atribuindo à pessoa a culpa por não “saber ser um bom empreendedor”. Com ironia crítica, aponta que **“o trabalho com exploração virou uma dádiva”**, desvelando como se promove a naturalização da precarização por meio de narrativas que prometem autonomia enquanto anulam direitos.

Na sua fala, também ganha relevo a noção de **“assédio de segunda ordem”**, conceito que surge quando quem se dispõe a testemunhar um caso de violência também passa a ser perseguido. A solidão de quem denuncia o assédio, o medo de perder o emprego, o silêncio cúmplice forçado pela cultura organizacional – tudo isso cria um campo de impunidade que agrava ainda mais o sofrimento do trabalhador.

Kokay articula essas dimensões com o tempo subjetivo e existencial do trabalhador, quando denuncia o **“roubo do tempo”** operado pelo trabalho intermitente e pelas novas formas de precarização. Ela chama atenção para a **“síndrome da adolescência tardia”**, expressão que utiliza para criticar o adiamento da felicidade e da realização pessoal para um futuro cada vez mais inalcançável: **“Quando eu me aposentar, eu vou ser o que eu quero ser”**. Em sua análise, a suspensão do sonho é uma forma de adoecimento que alimenta a lógica do consumo imediato e impede o pensamento de futuro coletivo.

A deputada observa ainda que **“nada do que acontece no mundo do trabalho fica no mundo do trabalho”**, porque o corpo leva consigo as marcas da violência, da pressão, da repetição das jornadas que se arrastam. Sua crítica é contundente ao afirmar que **o trabalho, que deveria ser fonte de vida, tem se transformado em um lugar de sofrimento e negação da subjetividade**.

Por fim, Erika defende a aprovação da **Convenção da OIT sobre assédio moral e sexual no mundo do trabalho**, como instrumento fundamental para a reconstrução da dignidade no trabalho e para o fortalecimento da saúde mental dos trabalhadores. Sua fala é um apelo à recuperação do tempo, da escuta, da coletividade e da capacidade de

sonhar: “**Nós queremos vida no trabalho e vida além do trabalho**”. Trata-se de uma convocação à ação coletiva, à organização sindical e à resistência contra a precarização – “**porque o trabalho que oprime rouba a vida**”.

Plenária Final

•**Alberto Erich S de P. Okada**, membro da executiva do Fórum, psicólogo clínico, Diretor da Anabb – Associação Nacional dos Funcionários do BB e Vice-Presidente do Instituto Humanos Sem Fronteiras

•**Vanessa Sobreira** - Sindicato dos Bancários DF

•**Ivanilde Batista**, da CUT/GO.

Categoria 1 – Condições Estruturais e Organizacionais de Trabalho

As falas reunidas sob esta categoria revelaram um cenário generalizado de **precarização**, com destaque para a **terceirização da mão de obra**, **alta rotatividade**, **extrapolação da jornada**, **falta de segurança**, **metas abusivas** e **desumanização das condições de trabalho**.

Ivanilde Batista, da CUT/GO, criticou com veemência o avanço da **terceirização da mão de obra** nos serviços de saúde, especialmente em Goiás. Segundo ela, esse processo resultou em um modelo no qual trabalhadores com vínculos precários e sem formação específica assumem funções críticas, gerando **baixa qualidade assistencial** e **adoecimento psíquico** nos servidores concursados remanescentes. Destacou que, nessas condições, é comum encontrar profissionais **com baixa qualificação e alta rotatividade**, o que rompe a continuidade do cuidado e fragiliza as relações de pertencimento no trabalho. “**Quem assumiu os serviços são pessoas com pouca formação e alta rotatividade — isso destrói os vínculos e nos adoce**”, afirmou.

Ursula, representante da enfermagem, trouxe à tona a realidade da **extrapolação da jornada de trabalho**, relatando que há profissionais no DF que chegam a atuar **mais de 150 horas por semana**. A fala escancara o efeito direto da **insuficiência de mão de obra** na rede pública, que força os trabalhadores a jornadas extenuantes para suprir o

déficit de mais de 1.800 enfermeiros. Para ela, isso agrava o adoecimento físico e mental e **compromete a qualidade de vida dos profissionais da saúde**.

Além da sobrecarga, Ursula denunciou **condições degradantes no ambiente de trabalho**. Segundo ela, a **organização do local de trabalho** em muitos hospitais é tão precária que “**o enfermeiro come com barata no refeitório e dorme no chão**” — um retrato cruel da **desumanização nas relações institucionais** com quem cuida da população.

Raimundo Nonato, do Sindlurb, reforçou a crítica à ausência de **segurança patrimonial** nos espaços de trabalho, narrando um episódio em que foi agredido com arma de fogo durante o expediente. “**Levei uma coronhada, com a arma apontada no meio da testa**”, contou. O relato evidencia a gravidade do risco a que estão submetidos os trabalhadores de serviços essenciais, sem nenhuma proteção institucional.

No setor bancário, **Vanessa Sobreira** apontou que a pressão por metas vem se intensificando ao longo dos anos, configurando um cenário de **metas abusivas**. Afirmou que “**a violência começa no topo e se transforma em sofrimento nas margens**”, referindo-se à estrutura de assédio organizacional praticada pelos bancos. Acrescentou que o ambiente competitivo corrói os vínculos de solidariedade e intensifica a **falta de coleguismo entre pares**, tornando comum o medo de se afastar por doença. Disse ainda que “**os trabalhadores não falam do que estão sentindo com medo de serem estigmatizados**”.

Marcela, trabalhadora da saúde, abordou o impacto da **falta de qualidade de vida** sobre a vida pessoal, relatando a dor de não conseguir conviver com o filho por conta das longas jornadas. “**Chego do trabalho com meu filho já dormindo e me sinto uma péssima mãe**”, afirmou. A fala revela a sobreposição entre a exaustão física e emocional e a **cobrança doméstica** que recai principalmente sobre as mulheres.

Socorro, militante da saúde popular, criticou os programas institucionais que prometem bem-estar, mas que não passam de ações formais desconectadas da realidade. Disse que muitos desses programas são elaborados sem consulta ou participação dos trabalhadores e seguem modelos genéricos, o que os torna ineficazes. “**São programas que não dão conta, porque vêm com a lógica de cima para baixo**”,

afirmou, denunciando o modelo hegemônico dos **programas de bem-estar com lógica ineficaz**.

Laura, dirigente sindical, enfatizou a necessidade de atualizar os modos de atuação sindical frente às mudanças no mundo do trabalho. Apontou que é urgente **modernizar os métodos e revisar os processos**, considerando as novas formas de precarização. “**Precisamos mudar nossos métodos, os trabalhadores de hoje não se organizam como antes**”, disse, chamando atenção para a distância crescente entre base e representação.

Por fim, **Jorge Henrique**, do Sindicato dos Enfermeiros, ressaltou que a pandemia apenas agravou uma **exploração do trabalhador** que já era cotidiana. Defendeu que é preciso criar ferramentas para mapear e dar visibilidade a esse sofrimento. Uma das propostas apresentadas foi a **cartografia do trabalho no DF**, que permita visualizar de forma territorializada as condições concretas em que o trabalho é realizado e como essas condições impactam a saúde dos trabalhadores. “**Precisamos entender como o território organiza o sofrimento e a resistência**”, afirmou.

Categoria 2 – Saúde Mental e Adoecimento no Trabalho

As falas reunidas nesta categoria revelaram o impacto direto das condições de trabalho no adoecimento psíquico, com destaque para a **exposição a fatores de risco** entre os mais vulneráveis, o ciclo do **burnout**, as **altas taxas de suicídio**, a **desumanização das relações de trabalho** e a **subnotificação dos agravos à saúde mental**.

Geraldo, profissional do CAPS, foi direto ao apontar que o sofrimento psíquico atendido nos serviços hoje é, majoritariamente, causado pelo trabalho. Ele destacou que os usuários do serviço muitas vezes chegam em estado de desespero, sem acesso a renda, perspectiva ou apoio social. Em suas palavras, “**os pacientes têm perfil para fazer tudo, porque senão vão cometer suicídio de qualquer maneira**”, denunciando a gravidade da **exposição a fatores de risco e adoecimento dos mais vulneráveis** — desempregados, periféricos e desassistidos pelas políticas públicas.

Alberto, psicólogo clínico e participante do Fórum, propôs uma leitura simbólica do ciclo de adoecimento, associando o percurso do **burnout** à "jornada do herói", em que o trabalhador atravessa uma fase de hiperprodutividade antes do colapso. Segundo ele, **“o burnout começa já no fim de um ciclo de adoecimento contínuo”**, marcando o esgotamento de quem tentou resistir além do limite, geralmente sem acolhimento ou rede de apoio. Trata-se de uma **fase maníaca anterior à queda**, que muitas vezes é confundida com engajamento, mas que esconde sofrimento.

Ursula, dirigente da enfermagem, alertou para as **altas taxas de suicídio** entre trabalhadores da saúde, em especial mulheres negras e da enfermagem. Relatou que os afastamentos por depressão e ansiedade aumentaram significativamente nos últimos anos, mas que o tema ainda é tabu nas instituições. **“A gente tem uma alta taxa de suicídio, mas ninguém quer falar sobre isso”**, denunciou, associando o fenômeno à sobrecarga, ao racismo institucional e à falta de políticas efetivas de cuidado em saúde mental.

A **violência contra grupos vulneráveis** também foi mencionada por **Ivanilde Batista**, ao relatar um episódio de agressão a uma enfermeira e a um maqueiro durante uma intervenção policial dentro de um hospital. **“A polícia prendeu a enfermeira e o maqueiro levou uma chave de braço”**, contou, criticando a criminalização de trabalhadores em situações de vulnerabilidade e destacando o papel da violência institucional como geradora de sofrimento.

A ausência de estrutura e diretrizes claras no DF também foi apontada por **Jorge**, que chamou atenção para a **falta de políticas públicas de saúde do trabalhador**, sobretudo no que diz respeito à saúde mental. Defendeu a criação de uma política distrital e criticou o silêncio da Secretaria de Saúde diante do adoecimento generalizado. **“Não temos uma política de saúde do trabalhador no DF — precisamos defender isso aqui”**, afirmou.

Sara, técnica da vigilância em saúde, trouxe dados alarmantes sobre a **subnotificação de adoecimento e sofrimento psíquico**, revelando que, oficialmente, o DF registrava apenas cinco notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho. **“Nós aqui no DF temos cinco — isso é o que aparece nos dados”**, relatou,

evidenciando o abismo entre a realidade do sofrimento vivido pelos trabalhadores e o que é reconhecido pelas instituições. Para ela, a invisibilidade nos dados compromete toda a estrutura de enfrentamento.

Marcela, trabalhadora da saúde, reforçou a percepção da **desumanização das relações de trabalho**. Relatou que a rotina exaustiva a impedia de exercer plenamente a maternidade e expressou culpa por não conseguir acompanhar o filho. **“Me sinto uma péssima mãe”**, afirmou, resumindo o conflito entre a função social do cuidado e a impossibilidade de cuidar da própria vida pessoal. A fala revelou como a sobrecarga compromete dimensões subjetivas profundas do ser trabalhador.

A **desumanização no atendimento à saúde** também apareceu com força na fala de **Raimundo**, que contou sobre a perda de sua sobrinha após ser mandada embora do hospital mesmo com a bolsa estourada. **“Ela perdeu a neném que faleceu na porta do hospital”**, afirmou, denunciando o descaso com a vida da população pobre e a falta de sensibilidade nos serviços.

A **ineficiência dos canais institucionais para denunciar assédio** foi evidenciada por **Laura**, que relatou o medo disseminado entre servidores de se manifestarem diante de abusos. **“Tudo, você é demitido”**, disse, destacando que as punições por denunciar são frequentes, incluindo remoções forçadas e perda de gratificações. A cultura do medo neutraliza qualquer possibilidade de denúncia ou enfrentamento.

Além disso, foi mencionada a **falta de terapias integrativas no SUS**, especialmente voltadas para adultos e idosos em sofrimento crônico. Participantes da sistematização final reforçaram que o SUS ainda não oferece práticas como meditação, acupuntura ou fitoterapia em escala suficiente. **“Falta terapia integrativa no SUS para adultos e idosos — isso é fundamental”**, pontuaram.

Por fim, **Ursula** também destacou a **negligência nos atendimentos**, tanto no SUS quanto na rede privada, referindo-se às más condições de alimentação e ausência de espaços adequados de repouso para os trabalhadores. **“Estamos comendo comida estragada e dormindo no chão”**, afirmou, demonstrando como a estrutura institucional ignora as necessidades mais básicas de quem sustenta o sistema de saúde.

Categoria 3 – Direitos, Dignidade e Inclusão

Nesta categoria, os participantes destacaram como a ausência de políticas públicas efetivas, a desigualdade estrutural e o individualismo crescente contribuem para o enfraquecimento da dignidade no mundo do trabalho. Os relatos deram ênfase à negação de direitos, à **discriminação**, à **invisibilização de sujeitos** e à **desvalorização das diferenças** nos ambientes profissionais.

Marta defendeu a reconstrução do sentido do trabalho como algo que promova pertencimento e reconhecimento. Para ela, a experiência de trabalhar deve ser vivida com **respeito e dignidade**, não como sofrimento crônico. “**Trabalhar deveria ser uma realização, não uma fuga da miséria**”, disse, criticando a naturalização da precariedade. A fala expressa o desejo de resgatar o trabalho como expressão de vida e não de alienação.

Jorge, dirigente sindical, reforçou que a luta por **trabalho digno** passa pela transformação das estruturas institucionais. Defendeu que as organizações sindicais precisam confrontar o modelo atual de gestão do trabalho, que favorece o esvaziamento de direitos em nome da produtividade. “**Temos que pautar as instituições e disputar as formas de organizar o trabalho**”, afirmou, insistindo na necessidade de enfrentamento político e não apenas técnico.

Vanessa Sobreira apontou que, diante da cultura de competitividade, muitos trabalhadores perdem sua força coletiva e se isolam, o que resulta na **anulação da força e da resiliência**. Questionou: “**Como a gente passa da mobilização subjetiva para a mobilização coletiva?**”, indicando que o esgotamento individual tem minado a capacidade de organização coletiva. A fala revela o desafio de reconstruir vínculos de solidariedade em tempos de hiperindividualismo.

Raimundo Nonato, ao relatar episódios de **discriminação social**, contou que foi ignorado em uma loja por estar vestido de maneira simples. “**Nenhum vendedor me atendeu**”, relatou. Ele destacou como o preconceito de classe segue operando na sociedade, reforçando barreiras simbólicas baseadas na aparência e no pertencimento econômico. Para ele, **o primeiro passo é ser visto como ser humano**.

Ainda sobre **discriminação**, **Jair**, representante dos trabalhadores por aplicativo, abordou o estigma e o abandono a que estão submetidas categorias como entregadores e motoristas. “**Estamos vendo as pessoas acabadas, cansadas, endividadas**”, afirmou, denunciando o abandono institucional e a negação do reconhecimento profissional. Para ele, essa **discriminação de categorias específicas** revela a estrutura elitista e excludente do mercado de trabalho.

Marcela denunciou as **diferenças salariais entre profissionais da saúde**, relatando que, mesmo com carga horária intensa, recebia menos de um terço do salário de um médico. “**Eu não recebia nem um terço do salário do médico**”, afirmou, expressando o desrespeito histórico com a enfermagem e outras categorias femininas.

A **falta de visão coletiva** e a fragmentação dos trabalhadores foram abordadas novamente por **Vanessa**, que afirmou: “**A gente está muito separado, cada um no seu quadrado**”. Sua fala traduz o enfraquecimento da cultura colaborativa e da identidade de classe, um dos maiores obstáculos à organização política no atual cenário.

Alberto, psicólogo clínico, tratou do impacto da **falta de coleguismo entre pares** e da cultura da performance. “**A competição está matando o coleguismo**”, afirmou, criticando o modelo meritocrático que transforma colegas em concorrentes e sabota o apoio mútuo entre trabalhadores.

Vanessa também relatou que muitos trabalhadores, mesmo adoecidos, têm **medo de sair de licença médica**, por receio de perder salários ou cargos. “**As pessoas têm medo de se afastar porque ficam sem receber**”, revelou, expondo a perversidade de um sistema que penaliza quem adocece.

A **cobrança doméstica**, especialmente sobre as mulheres, apareceu com força na fala de **Marcela**, que expressou sua frustração por não conseguir estar com o filho: “**Me sinto uma péssima mãe**”, declarou, demonstrando como a carga emocional do cuidado é invisível, mas profundamente adoecedora.

Stella, servidora pública e mulher autista, trouxe uma potente denúncia sobre a invisibilidade das **deficiências invisíveis**, relatando o **assédio institucional** vivido por trabalhadores neurodivergentes. “**Tem um assédio muito grande dentro da secretaria com essas deficiências invisíveis**”, disse. Ao criticar o **capacitismo**, contou que já

ouviu frases como: **“Você não parece autista”**, apontando para o julgamento baseado em aparência como forma de invalidação.

Ela explicou ainda o que é o **masking**, mecanismo de adaptação usado por pessoas autistas para esconder seus traços comportamentais. **“O MASC é a capacidade que o adulto autista desenvolve de mascarar suas características”**, explicou, lembrando que essa prática tem alto custo psíquico e aprofunda o sentimento de não pertencimento.

Amadeu reivindicou a criação de **políticas públicas e organizacionais de inclusão social** que levem em conta **raça, identidade de gênero, deficiência, neurodivergência e doenças invisíveis**. A luta pela dignidade no trabalho passa pela escuta das múltiplas formas de existir — e resistir — nos ambientes laborais.

Categoria 4 – Organização, Mobilização e Participação

Os relatos dessa categoria convergiram em torno da constatação de que a **falta de mobilização dos trabalhadores** está profundamente relacionada ao esgotamento físico, emocional e simbólico causado pelo trabalho precarizado. Os participantes expressaram a urgência de reconstruir o sentido de pertencimento coletivo, fortalecendo as estruturas de base, os espaços de escuta e a presença nos territórios.

Vanessa Sobreira foi contundente ao expressar a dificuldade de envolver os trabalhadores em processos de construção coletiva. **“Como a gente consegue trazer as pessoas para mobilização coletiva?”**, questionou, apontando a **carência de informação, organização, formação e ação** como causas estruturantes da apatia. Para ela, os sindicatos e movimentos precisam reinventar seus modos de diálogo com a base para fazer frente ao individualismo e à despolitização.

Laura, dirigente sindical, reforçou esse argumento ao afirmar: **“Estamos num momento em que precisamos nos reinventar”**. Segundo ela, as estruturas sindicais ainda reproduzem práticas verticalizadas e pouco sensíveis às novas realidades laborais. Para enfrentar a **dificuldade de atuação dos movimentos sociais**, é necessário investir

em espaços de formação política, com escuta ativa e produção de saberes compartilhados.

Alberto defendeu que a **formação orgânica**, especialmente voltada à base e aos gestores, seja uma estratégia prioritária. Criticou a fragmentação dos esforços e apontou que a formação crítica precisa integrar o cotidiano sindical: **“Sem formação, os sindicatos não se sustentam nem se renovam”**.

Ivanilde Batista destacou que a superação do esvaziamento político passa pelo **maior engajamento dos trabalhadores**, especialmente nos conselhos de saúde, fóruns e instâncias participativas. Para ela, é preciso **“voltar a ocupar os espaços”**, numa perspectiva de reconstrução do protagonismo popular.

A necessidade de **fortalecimento das Comissões de Saúde do Trabalhador** foi registrada na sistematização como uma medida essencial para garantir que a vigilância em saúde seja feita de forma participativa. Tais comissões devem ser dotadas de recursos, legitimidade e autonomia para dialogar com os órgãos públicos e defender os interesses da classe trabalhadora.

Ursula reforçou a importância da **participação ativa nos Conselhos de Saúde**, afirmando que **“a gente precisa estar presente nas decisões”**. Destacou que os conselhos não devem ser espaços técnicos ou burocráticos, mas sim arenas de disputa e construção democrática de políticas.

Sara, da vigilância em saúde, alertou para o **conflito de interesses entre SESMT, CIPA e CEREST**, que muitas vezes atuam de forma desarticulada. **“A gente precisa de diálogo entre os órgãos”**, disse, defendendo a criação de protocolos integrados e de canais permanentes de cooperação institucional.

Jorge, da Fiocruz, propôs a **articulação com movimentos sociais intersetoriais**, como o movimento antimanicomial, o movimento negro e o movimento feminista, para ampliar o campo de alianças e fortalecer as lutas. **“Trazer o movimento antimanicomial junto é estratégico — é tudo saúde”**, afirmou.

Laura também criticou o distanciamento dos sindicatos da vida cotidiana da base. **“O sindicato precisa estar onde o povo está”**, defendeu, chamando atenção para a

necessidade de **sindicatos próximos à base**, que conheçam as realidades locais e atuem de forma enraizada.

Jair, representante de trabalhadores por aplicativo, ecoou essa ideia com força: “**Sindicato somos nós**”, declarou. Para ele, **os trabalhadores precisam se unir aos sindicatos**, mas os sindicatos também precisam se abrir para acolher as novas formas de trabalho e militância.

Amadeu destacou a importância do **lobby político junto aos parlamentares**, com atuação estratégica na formulação de leis e políticas públicas, bem como no financiamento de programas voltados a pesquisa, ação e formação. Isso exige articulação técnica e política, com coerência, presença e pressão constante nas esferas legislativas.

Por fim, **Geraldo** sintetizou o espírito da mesa ao afirmar que “**a saúde mental é política**”. Com essa frase, deixou claro que a luta por condições dignas de trabalho e bem-estar passa necessariamente pela **politização da saúde**, da dor, do corpo e das relações laborais.

Categoria 5 – Comunicação, Educação e Cultura Organizacional

Esta categoria destacou os entraves comunicacionais nos ambientes de trabalho, a carência de políticas educativas transformadoras e a necessidade de consolidar uma **cultura organizacional baseada na solidariedade e no respeito mútuo**. As falas revelaram como a ausência de canais de escuta e a promoção de uma cultura de competição agravam o sofrimento psíquico e comprometem o vínculo coletivo.

Alberto, psicólogo clínico, foi enfático ao afirmar que os trabalhadores precisam de **instrumentos de diálogo mais efetivos**, que não se resumam a canais formais ou ouvidorias silenciosas. Defendeu espaços horizontais, com escuta legítima e reconhecimento das subjetividades. “**A gente precisa de canais verdadeiros de escuta e de diálogo horizontal**”, declarou, defendendo a criação de rotinas institucionais que legitimem a voz dos trabalhadores.

Laura, dirigente sindical, apontou a **falta de políticas de combate ao assédio moral e sexual** como um dos principais fatores de silêncio e medo nos ambientes laborais. Denunciou que, muitas vezes, o assédio é naturalizado ou tratado com negligência. “**Ninguém fala sobre assédio dentro da secretaria**”, afirmou, chamando atenção para o pacto institucional de invisibilização da violência simbólica e relacional.

Jair, representante dos trabalhadores por aplicativo, enfatizou que a mudança precisa começar desde a base. Defendeu a **educação de base como fundação da consciência crítica**, afirmando que os jovens precisam ser politizados desde cedo para reconhecer suas condições e lutar por seus direitos. “**A gente precisa politizar desde a educação básica**”, defendeu, valorizando a escola como espaço de formação cidadã.

A **falta de coleguismo entre pares – competição** surgiu como ponto comum nas falas. **Alberto** alertou que a lógica meritocrática tem sido implementada de forma destrutiva, corroendo os vínculos entre colegas. “**A competição está matando o coleguismo**”, disse, apontando que o incentivo à produtividade individual em detrimento da cooperação afeta profundamente a saúde mental no trabalho.

Vanessa Sobreira ampliou essa crítica ao apontar a **falta de visão coletiva e cultura colaborativa**. Segundo ela, o excesso de fragmentação entre os trabalhadores dificulta a construção de movimentos conjuntos. “**A gente está muito separado, cada um no seu quadrado**”, afirmou, convocando os presentes a reconstruírem os laços de pertencimento e solidariedade.

Sara, da vigilância em saúde, abordou a precariedade dos **sistemas de informação em vigilância em saúde**, relatando que os dados são desorganizados, inacessíveis e pouco usados de forma estratégica. Defendeu que os sistemas devem dialogar com a base e não apenas com as gestões superiores. “**Precisamos organizar os dados de forma acessível e que cheguem à base**”, reivindicou.

A partir dessas falas, ficou evidente que transformar a cultura organizacional exige romper com o silêncio institucional, a cultura do medo e os modelos verticalizados de gestão. Os participantes defenderam a criação de **políticas educativas permanentes**, capazes de promover consciência crítica e autonomia nos trabalhadores, além de

consolidar práticas comunicativas baseadas na escuta ativa, na ética relacional e no respeito à diversidade.

Categoria 6 – SUS, Saúde Pública e Governança

As falas reunidas nesta categoria trouxeram críticas contundentes às fragilidades do sistema público de saúde, tanto na oferta quanto na gestão, com destaque para a **negligência no atendimento**, a **subnotificação**, a **ausência de terapias integrativas**, a fragmentação dos sistemas de informação e a urgência de alinhar as ações de saúde às **políticas públicas do SUS**.

Alberto, da Fiocruz, enfatizou que a atuação em saúde do trabalhador precisa estar comprometida com os princípios constitucionais do SUS, principalmente a **universalidade, integralidade e participação social**. Defendeu que qualquer proposta formulada no âmbito das conferências deve estar conectada com os marcos legais e políticos do SUS. **“Precisamos alinhar nossas práticas com os princípios do SUS”**, afirmou, destacando que não basta criar ações pontuais, mas sim garantir que estejam articuladas com o sistema público como um todo.

A **negligência no atendimento** foi evidenciada em diversos relatos, mas teve forte expressão na fala de **Raimundo**, que narrou o caso de sua sobrinha. Mesmo com sinais evidentes de parto iminente, ela foi mandada embora da unidade hospitalar e perdeu o bebê na porta. **“Minha sobrinha foi mandada embora mesmo com a bolsa rompida”**, relatou, revelando a brutalidade da omissão institucional e o desprezo com a vida da população pobre e periférica.

Na sistematização das falas, os participantes reforçaram a denúncia sobre a **falta de terapias integrativas no SUS**, especialmente para adultos e idosos. A ausência de práticas como acupuntura, meditação, auriculoterapia ou fitoterapia foi apontada como sinal de um modelo ainda biomédico, centrado na doença e descolado da subjetividade dos usuários. **“Não tem acesso à terapia integrativa no SUS para adulto e idoso”**, foi o registro recorrente.

Sara, da Vigilância em Saúde, apresentou dados que demonstram a fragilidade dos **sistemas de informação e vigilância em saúde**. Ela denunciou que os dados não são atualizados de forma coerente, nem acessíveis para quem está na ponta. “**Os dados não chegam onde deveriam chegar**”, afirmou, explicando que essa desconexão compromete tanto a vigilância quanto o planejamento de políticas públicas.

Também foi dela a denúncia mais direta sobre a **subnotificação de casos**. Segundo Sara, em um contexto de evidente sofrimento psíquico da população trabalhadora, o número oficial de notificações no DF era irrisório. “**A gente só tem cinco notificações no DF**”, alertou, mostrando que a invisibilidade estatística impede a ação estruturada e contribui para a negligência contínua.

Geraldo, do CAPS, foi categórico ao dizer que **a saúde mental é política**, e que tratá-la como questão puramente clínica ou individual é insuficiente. Em sua fala, resgatou o princípio da integralidade e insistiu que as práticas de saúde devem considerar os determinantes sociais e o contexto de vida das pessoas. “**Tratar saúde mental sem falar de política é omissão**”, afirmou, provocando uma reflexão sobre o papel das instituições no enfrentamento das causas estruturais do sofrimento.

A plenária também refletiu sobre a **politização das ações em saúde pública**, reivindicando que as pautas da saúde do trabalhador não sejam tratadas de forma secundária. Os participantes defenderam a necessidade de ocupar os espaços decisórios, fiscalizar os recursos públicos e pressionar pela criação e execução de políticas efetivas.

Em síntese, esta categoria apontou para a urgência de recuperar o SUS como projeto político e social, garantindo que as ações em saúde do trabalhador e saúde mental sejam reconhecidas como parte estratégica da política pública de saúde — e não como demandas paralelas. A governança precisa ser participativa, os dados transparentes, e os serviços humanizados.

Propostas consolidadas da Pré-Conferência

As propostas consolidadas nesta relatoria são fruto de um processo coletivo de escuta, reflexão e formulação política realizado durante a Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região. Elas emergem das vivências compartilhadas nos debates das mesas de abertura, do documento orientador elaborado pelo Fórum Sindical e das contribuições do trabalho em grupo na plenária final. Reunidas de forma articulada, refletem não apenas demandas, mas também diretrizes estratégicas para a construção de políticas públicas voltadas à saúde, dignidade e proteção da classe trabalhadora. A seguir, estão organizadas conforme as categorias estruturantes desta conferência.

Eixo 1 – Condições Estruturais e Organizacionais de Trabalho

- Criação de uma **cartografia do trabalho no DF**, com mapeamento de zonas de sofrimento, riscos e ausência de direitos.
- Implantação de **espaços adequados de descanso e alimentação** nos locais de trabalho.
- Fiscalização das **jornadas de trabalho abusivas**, especialmente nos modelos 5x2 e 6x1.
- Combate às **metas abusivas** e práticas de assédio institucional disfarçadas de gestão por desempenho.
- Fortalecimento das **Comissões Internas de Saúde do Trabalhador**, com dotação orçamentária e autonomia.
- Reconhecimento de **determinantes sociais da saúde**, como tempo para lazer, alimentação digna, transporte adequado, segurança e convivência familiar.

Eixo 2 – Saúde Mental e Adoecimento no Trabalho

- Criação de uma **Política Distrital de Saúde Mental e Trabalho**, com foco na prevenção, acolhimento e reinserção.

- Criação de **observatórios de saúde mental e trabalho**, com participação sindical, comunitária e acadêmica.
- Articulação com o **observatório nacional de saúde mental e trabalho**, vinculado à Frente Ampla pela Saúde do Trabalhador (GT3/CNPq), que coordena pesquisa nacional sobre saúde mental no trabalho e está estruturada em três eixos: **formação, vigilância e pesquisa**, com objetivo de fortalecer os vínculos entre ação local e articulação nacional.
- Inclusão da **saúde mental como eixo transversal nas formações, pesquisas e ações de vigilância**.
- Expansão das **terapias integrativas no SUS (PICS)** para adultos e idosos com sofrimento persistente.
- Ampliação da **formação sobre sofrimento ético, assédio institucional e violência psicológica** no trabalho.
- Listagem e divulgação de **serviços gratuitos e sociais de atendimento psicológico**, com foco nos territórios.

Eixo 3 – Direitos, Dignidade e Inclusão

- Criação de **políticas públicas de inclusão social e laboral** voltadas a pessoas com deficiência, neurodivergentes, autistas e com doenças invisíveis.
- Adoção de **protocolos anticapacitistas** no serviço público, com formação permanente.
- Combate à **discriminação de categorias específicas**, como motoboys, garis, trabalhadores da limpeza urbana e de aplicativos.
- Valorização da enfermagem e outras categorias sub-remuneradas com foco na **redução das desigualdades salariais**.

- Criação de **ferramentas públicas e anônimas de denúncia e monitoramento participativo**, acessíveis e protegidas.
- Reconhecimento do **trabalho precário e informal como categoria legítima** nos formulários e políticas públicas.
- Garantia da **vacinação prioritária para trabalhadores por aplicativo** e demais categorias em vulnerabilidade social.

Categoria 4 – Organização, Mobilização e Participação

- Fortalecimento da **participação popular nos Conselhos de Saúde** e nas Comissões de Saúde do Trabalhador.
- Criação de **comitês locais de vigilância popular em saúde do trabalhador**, vinculados aos CERESTs.
- Estabelecimento de **frentes parlamentares distritais** e articulação com fóruns temáticos.
- Estímulo à **formação de lideranças populares** nos territórios, com valorização dos saberes locais e práticas culturais.
- Uso da **notificação popular** como ferramenta legítima de denúncia e produção de dados.
- Estreitamento da relação com **movimentos sociais comunitários** (MTST, MTD, cozinhas comunitárias, igrejas etc.).
- **Envolvimento de fóruns e espaços comunitários populares** nas ações de formação e escuta.
- Ênfase nos **territórios mais populosos e em disputa política**, como estratégia de enfrentamento da desinformação.
- Articulação contínua com **outros fóruns do DF** para unificação das pautas de saúde do trabalhador.

Eixo 5 – Comunicação, Educação e Cultura Organizacional

- Criação de **canais efetivos de escuta ativa** com protocolos humanizados nos ambientes de trabalho.
- Campanhas de valorização do **diálogo horizontal, da solidariedade e da cultura colaborativa**.
- Implementação de **políticas permanentes de enfrentamento ao assédio moral e sexual**, com responsabilização e acolhimento.
- Fomento à **educação crítica desde a base**, integrando temas como saúde, cidadania e justiça social nas escolas.
- Modernização dos **sistemas de informação em saúde**, com foco em acessibilidade e uso estratégico nos territórios.
- **Formação itinerante e popular com base na pedagogia crítica**, em locais como Sol Nascente e Ceilândia.
- Inclusão do **Fórum Sindical nas formações dos CERESTs**, articulando formação, vigilância e saúde mental.
- Realização de **reuniões do Fórum Sindical em territórios periféricos** como estratégia de aproximação com a base.
- Produção e difusão de **materiais de comunicação popular**, com linguagem acessível e foco em engajamento político.

Eixo 6 – SUS, Saúde Pública e Governança

- Criação de uma **Política Distrital de Saúde do Trabalhador**, com base nas diretrizes nacionais.
- Reorganização dos **sistemas de informação e vigilância em saúde**, com foco em riscos psicossociais e ocupacionais.
- Inclusão de **notificações populares** nos registros oficiais, enfrentando o problema da subnotificação.

- Alinhamento das ações de saúde do trabalhador às **diretrizes do SUS**: universalidade, integralidade e equidade.
- Incorporação da **gestão participativa nos CERESTs regionais**, com comitês gestores e envolvimento comunitário.
- Integração da **vigilância com os territórios**, com transparência na gestão dos dados e fortalecimento da participação social.

Por fim, foi sugerido que Jorge Henrique (Presidente do Sindicato dos Enfermeiros) e Lura Machado (Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) representem o **Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos - DF** na 5ª CNSTT, levando as propostas aqui consolidadas na Pré-Conferência como expressão legítima da escuta e da construção coletiva realizadas neste processo.

Considerações finais

A Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região representou um marco de resistência, escuta e formulação coletiva diante dos desafios impostos pelo mundo do trabalho contemporâneo. Mais do que um evento preparatório para a 5ª CNSTT, foi um processo vivo de articulação entre saberes populares, experiências sindicais, vozes das comunidades e conhecimentos técnicos e científicos comprometidos com a vida.

Durante os debates, emergiram falas fortes e contundentes que evidenciaram o sofrimento cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores dos mais diversos setores — do serviço público ao setor privado, do campo às plataformas digitais. As condições estruturais de trabalho, o adoecimento mental, o desmonte das políticas públicas, o avanço do autoritarismo institucional, a invisibilidade de sujeitos e categorias, e a fragmentação dos laços de solidariedade foram temas que atravessaram os relatos com profundidade.

Ao mesmo tempo, a conferência apontou caminhos. Houve propostas concretas e viáveis que integram formação, mobilização, escuta ativa, produção de dados, comunicação popular e ação nos territórios. Destacou-se a centralidade da saúde mental

como eixo transversal e político; o fortalecimento do SUS e dos CERESTs como pilares institucionais; e a construção de uma pedagogia crítica que una formação, vigilância e empoderamento coletivo.

A relatoria sistematiza não apenas denúncias, mas também alternativas. Em meio ao sofrimento, floresce a organização. Em meio à precarização, emerge a criatividade popular. As propostas reunidas expressam uma aposta na reconstrução de um mundo do trabalho mais justo, digno e saudável — e também de um projeto coletivo de sociedade.

Esta conferência reafirma a saúde do trabalhador como um campo estratégico de disputa política e exige a presença contínua dos movimentos sociais, sindicatos e instituições nos espaços de decisão e controle social. Que esta relatoria sirva como instrumento de mobilização, memória e incidência — e que siga viva nos territórios, nas lutas e nas práticas que virão.

Juntos, seguimos. Porque o que está em jogo não é só o trabalho — é a vida.

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO DA PRÉ-CONFERÊNCIA

- Alberto Erich S de P. Okada (relatoria e comunicação)
- Amadeu Alvarenga (coordenação)
- Cláudia d'Arede (organização)
- Conceição (relatoria)
- Gizele Pozzetti (relatoria)
- Letícia (relatoria)
- Maira (comunicação)
- Jorge Machado (coordenação)
- Jorge Henrique (organização)

Sumário Executivo Pré-Conferência Livre Regional DF e Região

A - Introdução

A Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região foi organizada pelo Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos com o objetivo de construir coletivamente propostas para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT). O evento reuniu representantes de sindicatos, movimentos sociais, universidades, comunidades do DF e entorno, consolidando-se como espaço estratégico de escuta, denúncia, formulação política e articulação territorial.

A conferência foi estruturada em mesas temáticas e uma plenária final, onde se aprofundaram debates sobre as múltiplas formas de precarização do trabalho, o impacto do neoliberalismo na saúde mental, a invisibilidade de categorias profissionais e a desarticulação das políticas públicas de saúde do trabalhador no Distrito Federal. A escuta ativa e a análise situada revelaram um quadro de sofrimento social que atravessa tanto os setores tradicionais quanto os trabalhadores da economia de plataformas.

Dentre os temas centrais debatidos, destacaram-se: o adoecimento mental crescente entre trabalhadores da saúde, da limpeza urbana, bancários, entregadores por aplicativo e trabalhadores rurais e do entorno; o avanço da terceirização e das jornadas abusivas; a desumanização das relações institucionais; a carência de políticas inclusivas para pessoas com deficiência e neurodivergência; e a fragilidade da governança em saúde do trabalhador no DF, marcada por subnotificações, ausência de dados confiáveis e baixa articulação entre CERESTs, sindicatos e conselhos.

A plenária final consolidou propostas divididas em seis categorias temáticas:

1. **Condições Estruturais e Organizacionais de Trabalho** – com destaque para a criação de cartografias do trabalho, combate a metas abusivas, reconhecimento de determinantes sociais e melhoria das condições nos locais de descanso e alimentação;

2. **Saúde Mental e Adoecimento no Trabalho** – com propostas de políticas distritais específicas, observatórios intersetoriais, terapias integrativas no SUS e formação sobre sofrimento ético e assédio;

3. **Direitos, Dignidade e Inclusão** – com ações voltadas à valorização da diversidade, combate ao capacitismo, proteção de categorias vulneráveis e ampliação de ferramentas de denúncia;

4. **Organização, Mobilização e Participação** – com incentivo à criação de comitês locais, notificação popular, fortalecimento das lideranças e participação efetiva nos conselhos e fóruns;

5. **Comunicação, Educação e Cultura Organizacional** – com ênfase na formação crítica, escuta ativa, enfrentamento ao assédio e as diversas formas de violência no trabalho e aproximação com a base por meio da pedagogia popular;

6. **SUS, Saúde Pública e Governança** – com foco em políticas distritais, reorganização da vigilância em saúde, integração com os territórios e fortalecimento dos princípios do SUS.

O documento orientador do Fórum Sindical, apresentado na terceira mesa, serviu como base metodológica para discussão e inspirou diversas propostas. Também foi reforçada a necessidade de uma formação contínua e itinerante vinculada à ação nos territórios.

Ao final, foram indicados como representantes ao Fórum na 5ª CNSTT, **Jorge Henrique** (Sindicato dos Enfermeiros) e **Lura Machado** (MST), encarregados de levar as propostas consolidadas como expressão legítima da escuta, das vivências e das formulações desenvolvidas na pré-conferência.

A Pré-Conferência reafirma a centralidade da saúde do trabalhador como campo estratégico de disputa política e construção de alternativas. O que emerge deste processo não é apenas um diagnóstico, mas um chamado à ação coletiva e à reorganização dos sentidos do trabalho, da saúde e da vida.

B - Síntese dos trabalhos

1. Mesa de Abertura

A mesa de abertura estabeleceu o tom político da pré-conferência, com destaque para a valorização da escuta territorial, do protagonismo das lutas populares e da articulação entre trabalho, saúde e democracia. As falas enfatizaram a importância de superar a fragmentação institucional, integrar os sujeitos ao centro das políticas públicas e enfrentar os efeitos do neoliberalismo sobre os sentidos do trabalho.

Foi destacada a necessidade de fortalecer os espaços de participação social e recuperar o SUS e os serviços públicos como instrumentos de cuidado coletivo. Também se reforçou o papel estratégico dos fóruns sindicais, dos Conselhos de Saúde, das universidades e dos movimentos sociais na produção de dados, na construção de políticas de saúde do trabalhador e na resistência contra a desinformação e a privatização dos serviços. Nessa articulação, ressaltou-se a importância da **formação-ação como instrumento de mobilização crítica, vigilância popular e fortalecimento dos vínculos com os territórios**, articulando saberes acadêmicos, populares e sindicais.

Além disso, foram apresentados os eixos da 5ª CNSTT e o chamado à mobilização ampla da classe trabalhadora para ocupar os espaços deliberativos. A abertura também teve como marca a valorização das experiências de cuidado popular, da saúde mental, da ecologia do trabalho e da valorização dos sujeitos historicamente excluídos das políticas públicas — como trabalhadores precarizados, PCDs e pessoas com deficiências invisíveis.

2. Mesa de Debate - Saúde Mental, Trabalho e Participação Social

A segunda mesa tematizou a saúde mental como expressão direta das transformações no mundo do trabalho e dos modos de organização da vida nos territórios. Partindo de experiências sindicais e de formação em vigilância popular, os participantes apontaram o sofrimento psíquico como fenômeno coletivo, profundamente vinculado à precarização, ao isolamento, à violência no trabalho e à negação da dignidade no trabalho.

A mesa enfatizou a necessidade de compreender a saúde como uma construção dinâmica e situada, não restrita à ausência de doença, mas à capacidade de transformar

o meio em que se vive. Discutiu-se como o avanço de modelos de gestão por metas, a plataformização, o trabalho informal e as zonas “cinzentas” da informalidade impactam a subjetividade e alimentam o ciclo do adoecimento, especialmente entre mulheres, jovens, trabalhadores racializados e de baixa renda.

Destacou-se o conceito de “sofrimento ético” — vivido por trabalhadores que, sob pressão, são levados a agir contra seus próprios valores — como chave para compreender o adoecimento silencioso que se manifesta em forma de depressão, ansiedade, burnout e ideação suicida. Foram denunciadas as lacunas de dados sobre saúde mental ocupacional, a subnotificação sistemática dos agravos e a ausência de políticas públicas que dialoguem com essa realidade nos níveis local e nacional.

A mesa também abordou a importância de metodologias acessíveis, como o CoPsoQ, para medir riscos psicossociais e mobilizar os sindicatos. A formação crítica e contínua foi defendida como eixo articulador entre vigilância, participação e ação transformadora, reafirmando o potencial da educação popular e da cartografia coletiva como práticas de resistência e produção de sentido.

3. Mesa de Debate - Participação, Saúde, Trabalho e Território (Documento Orientador)

A terceira mesa teve como foco a apresentação do Documento Orientador do Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região, elaborado como ferramenta estratégica de ação sindical e popular no campo da saúde do trabalhador. O documento articula fundamentos políticos, pedagógicos e metodológicos, baseando-se em experiências territoriais, escuta ativa com categorias diversas e práticas de formação crítica desenvolvidas pelo Fórum ao longo de sua trajetória.

Sua proposta se organiza em torno de três eixos interdependentes: **formação-ação popular baseada na pedagogia crítica, produção de dados ancorada em cartografias e enquetes engajadas, e incidência política nos territórios e nas instâncias de deliberação coletiva.** O documento enfatiza que a vigilância em saúde

do trabalhador deve ser feita de forma situada, participativa e integrada à vida concreta dos trabalhadores, valorizando seus saberes, vivências e práticas de resistência.

Foram reforçadas, ainda, a importância da **territorialização das políticas públicas**, o **protagonismo de categorias invisibilizadas**, a **atuação crítica nos Conselhos de Saúde** e a articulação com os princípios estruturantes do SUS. A proposta de **observatórios sindicais e temáticos regionais** aparece como estratégia para fortalecer a produção de conhecimento desde a base, promovendo visibilidade política e instrumentalização para ação coletiva.

A mesa reafirmou o papel do Fórum Sindical como articulador entre escuta, formação e ação, apontando para a necessidade de consolidar o documento como **referência viva para os sindicatos e movimentos** que atuam na interseção entre saúde, trabalho e direitos humanos.

O Documento Orientador foi apresentado como **insumo político e metodológico** para subsidiar os debates da conferência, especialmente as discussões da plenária. Elaborado pelo Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do DF e Região, organizador da Pré-Conferência, a partir de práticas territoriais e experiências de formação crítica, o documento não pretende ser objeto de deliberação, mas sim um referencial estratégico para orientar as reflexões e propostas construídas na etapa seguinte da Plenária. Seus eixos — **formação-ação, vigilância popular, territorialização e protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores**.

Discurso da Deputada Érika Kokay

A deputada Érika Kokay iniciou sua intervenção denunciando o que denominou de **assédio institucional**: a atuação de instituições públicas que, em vez de protegerem os direitos sociais, passaram a operar contra seus princípios fundadores, legitimando políticas discriminatórias e antidemocráticas. A partir dessa crítica, articulou diferentes formas de violência que atravessam o mundo do trabalho, começando pelo **assédio organizacional**, que está inscrito na própria estrutura de gestão das instituições e empresas. Nele, metas inatingíveis, regras ambíguas e elogios instáveis geram

insegurança constante e promovem o adoecimento psíquico como consequência direta da lógica de controle e pressão.

Ela também evidenciou o **assédio interpessoal**, muitas vezes naturalizado em ambientes atravessados por hierarquias autoritárias e culturas sexistas, racistas e capacitistas, que atingem de maneira desproporcional mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Ao introduzir o conceito de **assédio de segunda ordem**, Kokay alertou para o isolamento de quem denuncia essas violências e para a cultura de impunidade que pune não apenas a vítima, mas também quem se dispõe a testemunhar.

Sua análise avançou para uma crítica contundente à ideologia neoliberal e à lógica do empreendedorismo, que transformam a precarização em “autonomia” e transferem ao trabalhador a culpa pelo sofrimento vivenciado. Denunciou o **roubo do tempo subjetivo**, provocado por jornadas exaustivas, trabalho intermitente e a constante postergação dos sonhos e da realização pessoal, como parte de um projeto de anulação da capacidade de imaginar futuros coletivos.

Kokay ressaltou que **nada do que acontece no mundo do trabalho fica apenas nele** — o corpo e a subjetividade dos trabalhadores carregam as marcas do sofrimento, da repetição e da violência. Defendeu, como ação concreta, a **ratificação da Convenção da OIT sobre assédio moral e sexual**, como instrumento essencial para a reconstrução da dignidade no trabalho e da saúde mental coletiva. Encerrou com um apelo político e simbólico à valorização da vida: **“Nós queremos vida no trabalho e vida além do trabalho”**, convocando os presentes à organização, à resistência e à defesa da saúde como território de reconstrução democrática.

4. Plenária

Eixo 1 – Condições Estruturais e Organizacionais de Trabalho

A plenária revelou um diagnóstico alarmante sobre a precarização estrutural das relações de trabalho, especialmente nas áreas da saúde, limpeza urbana, setor bancário e motoristas de aplicativos. Destacou-se a **terceirização da mão de obra** como

mecanismo de desresponsabilização do Estado e de enfraquecimento das condições de cuidado e pertencimento. Relatos apontaram a **alta rotatividade**, a **falta de qualificação**, a **extrapolação da jornada** e a **insuficiência de mão de obra**, que resultam em sobrecarga, adoecimento e degradação da qualidade dos serviços prestados. Ambientes de trabalho com ausência de refeitórios, áreas de repouso e medidas mínimas de segurança também foram denunciados, assim como a **naturalização de metas abusivas**, o **assédio organizacional** e o **enfraquecimento da solidariedade entre os pares**.

Programas de bem-estar foram criticados por serem genéricos e verticais, sem diálogo com a realidade dos trabalhadores. Apontou-se ainda a necessidade de **atualização dos métodos sindicais** para dialogar com novas formas de vínculo e de organização laboral.

As propostas reunidas nesse eixo incluem:

- Criação de uma **cartografia do trabalho no DF**, com mapeamento de zonas de sofrimento, riscos e ausência de direitos;
- Implantação de **espaços adequados de descanso e alimentação** nos locais de trabalho;
- **Fiscalização das jornadas abusivas**, com atenção especial aos modelos existentes;
- **Combate às metas abusivas** e à lógica do assédio disfarçada de meritocracia;
- **Fortalecimento das Comissões Internas de Saúde do Trabalhador (CIPA)**, com autonomia e recursos;
- **Reconhecimento dos determinantes sociais da saúde**, como tempo livre, transporte digno, segurança, convivência familiar e alimentação saudável.

Eixo 2 – Saúde Mental e Adoecimento no Trabalho

As falas evidenciaram que o **adocimento psíquico é estrutural** e atravessa todas as categorias profissionais. Foram denunciados o **ciclo do burnout**, a **invisibilização das altas taxas de suicídio**, a **violência institucional**, o **racismo organizacional e estrutural** e a **desumanização das relações de trabalho**. Emblemática foi a denúncia sobre os profissionais da limpeza urbana, que enfrentam **preconceito no uso de banheiros públicos** e arcam, por conta própria, com os **custos de proteção contra a exposição solar**, elevando o risco de câncer de pele e evidenciando o **abandono institucional de quem cumpre funções essenciais à cidade**. Relatos dramáticos de sofrimento, especialmente entre mulheres, trabalhadoras da saúde, jovens periféricos e pessoas com deficiência, deixaram claro que os dispositivos de acolhimento são ineficientes e o silêncio ainda impera nas instituições. A **subnotificação dos agravos mentais**, a ausência de **políticas públicas de saúde mental do trabalhador** e a **negligência nos atendimentos**, tanto no SUS quanto na rede privada, agravam a sensação de abandono.

A plenária também apontou o esvaziamento dos canais institucionais de denúncia e a escassez de **terapias integrativas no SUS**, sobretudo para adultos e idosos. Denúncias de episódios de violência física e simbólica nos espaços de trabalho reforçaram a urgência de ações estruturadas, com base na escuta, na prevenção e na reinvenção do cuidado.

As principais propostas dessa categoria foram:

- **Criação de uma Política Distrital de Saúde Mental e Trabalho**, com base em prevenção, acolhimento e reinserção;
- **Criação de observatórios regionais e articulação com o observatório nacional da Frente Ampla (GT3/CNPq)**, com foco em formação, vigilância e pesquisa;
- **Inclusão da saúde mental como eixo transversal** em todas as políticas de saúde do trabalhador;
- **Expansão das terapias integrativas no SUS (PICS)**, com foco em adultos e idosos;

- **Ampliação da formação profissional sobre sofrimento ético, assédio e violência institucional;**
- **Divulgação territorializada de serviços gratuitos e sociais de atendimento psicológico;**
- Valorização da escuta como prática política e humanizante nos espaços de trabalho.

Eixo 3 – Direitos, Dignidade e Inclusão

O debate dessa categoria evidenciou a erosão da dignidade nas relações de trabalho, marcada por discriminação, invisibilização e naturalização da desigualdade. Relatos mostraram que trabalhadores com deficiência, neurodivergência, identidades de gênero dissidentes, raça negra, além de categorias precarizadas como entregadores por aplicativo e profissionais da limpeza urbana, enfrentam múltiplas formas de exclusão e violência institucional e organizacional. A ausência de políticas públicas interseccionais, o capacitismo velado, a disparidade salarial e o medo de adoecer ou se ausentar do trabalho foram apontados como expressões da desumanização nas estruturas organizacionais. As mulheres relataram sobrecarga doméstica e a dor de não conseguirem exercer o cuidado familiar. O masking (mascaramento social) em adultos autistas foi denunciado como estratégia de sobrevivência que cobra alto custo psíquico. A competitividade entre colegas, reforçada por lógicas meritocráticas, contribui para o isolamento, impedindo o fortalecimento de vínculos e da solidariedade coletiva.

As propostas incluíram:

- Criação de **políticas públicas de inclusão social e laboral** voltadas a pessoas com deficiência, neurodivergentes, autistas e com doenças invisíveis;
- Adoção de **protocolos anticapacitistas** com formação permanente no serviço público;
- **Combate à discriminação de categorias precarizadas**, como motoboys, garis e trabalhadores por aplicativo;

- **Valorização de categorias sub-remuneradas**, como a enfermagem, com foco na equidade salarial e no reconhecimento do trabalho feminino;
- Criação de **ferramentas públicas, anônimas e acessíveis de denúncia e monitoramento participativo**;
- **Reconhecimento do trabalho precário e informal como categoria legítima** nas políticas públicas e instrumentos oficiais;
- **Garantia de vacinação prioritária** para trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

Eixo 4 – Organização, Mobilização e Participação

As falas dessa categoria apontaram a crise da mobilização coletiva como um reflexo direto do esgotamento físico, emocional e simbólico da classe trabalhadora. O individualismo, o medo institucionalizado, a sobrecarga e a ausência de escuta estruturada minam a capacidade de resistência e organização. Houve críticas às práticas verticais ainda presentes nos sindicatos e à distância entre essas estruturas e a base trabalhadora. Reforçou-se a necessidade de formar novas lideranças e retomar o vínculo com os territórios, com ações pedagógicas contínuas, politização das pautas e ocupação ativa dos espaços participativos. A articulação com movimentos sociais diversos foi apontada como caminho estratégico para enfrentar a fragmentação e ampliar o campo de alianças em defesa da saúde do trabalhador.

As propostas priorizadas foram:

- **Fortalecer a participação popular nos Conselhos de Saúde e Comissões de Saúde do Trabalhador**, com caráter deliberativo e escuta ativa;
- Criar **comitês locais de vigilância popular**, integrados aos CERESTs;
- Estabelecer **frentes parlamentares distritais** em defesa da saúde do trabalhador;

- Investir na **formação de lideranças populares**, com valorização dos saberes territoriais e práticas culturais locais;
- Reconhecer e promover a **notificação popular como ferramenta legítima de denúncia e monitoramento**;
- **Ampliar a presença do Fórum e dos sindicatos nos territórios**, com ações de escuta, formação e aproximação direta com a base;
- **Articular com fóruns comunitários, movimentos sociais e intersetoriais**, como os movimentos feminista, negro e antimanicomial;
- **Unificar pautas no DF**, integrando diferentes lutas em torno da saúde, dignidade e direitos no mundo do trabalho.

Eixo 5 – Comunicação, Educação e Cultura Organizacional

As falas dessa categoria revelaram que a ausência de canais legítimos de escuta, o silenciamento institucional e a cultura da competição são obstáculos estruturais à saúde e ao bem-estar no ambiente de trabalho. Foi denunciada a falta de políticas efetivas de enfrentamento ao assédio moral e sexual, muitas vezes naturalizado ou ignorado pelas gestões. A cultura meritocrática, a fragmentação dos trabalhadores e a carência de espaços horizontais para o diálogo aprofundam o isolamento e comprometem o sentimento de pertencimento coletivo. Também se evidenciou a ausência de uma política de comunicação popular que promova consciência crítica. A precariedade dos sistemas de informação e vigilância em saúde foi apontada como fator que inviabiliza o uso estratégico dos dados na ponta. Defendeu-se a importância da formação crítica desde a educação básica, como base para a construção de uma cultura organizacional orientada pela solidariedade, pela escuta ativa e pelo respeito à diversidade.

As propostas reunidas foram:

- **Criação de canais efetivos de escuta ativa**, com protocolos humanizados e horizontais nos ambientes de trabalho;

- Implementação de **políticas permanentes de enfrentamento ao assédio moral e sexual**, com responsabilização e acolhimento;
- **Campanhas de valorização do diálogo horizontal**, da solidariedade e da cultura colaborativa;
- **Fomento à educação crítica desde a base**, com inclusão de temas como saúde, cidadania, diversidade e justiça social no currículo escolar;
- **Modernização dos sistemas de informação em saúde**, com foco em acessibilidade, uso territorializado e devolutiva aos trabalhadores;
- **Formação itinerante e popular baseada na pedagogia crítica**, com ações nos territórios periféricos, como Ceilândia e Sol Nascente;
- **Inclusão do Fórum Sindical nas formações dos CERESTs**, articulando formação, vigilância e saúde mental;
- **Realização de reuniões do Fórum em territórios periféricos**, promovendo aproximação com a base;
- **Produção e difusão de materiais de comunicação popular**, com linguagem acessível, crítica e engajadora.

Eixo 6 – SUS, Saúde Pública e Governança

O debate destacou fragilidades do sistema público de saúde na atenção à saúde do trabalhador, especialmente em relação à ausência de políticas distritais específicas, à precariedade dos dados, à desarticulação das redes e à negligência nos atendimentos. Casos de violência institucional e omissão nos serviços evidenciaram o desrespeito à vida das populações mais vulnerabilizadas. A plenária reafirmou a necessidade de reaproximar as práticas da saúde do trabalhador dos princípios do SUS — universalidade, integralidade e participação social —, superando a lógica fragmentada e tecnocrática ainda dominante. Também foi denunciada a ausência de terapias

integrativas, principalmente para adultos e idosos em sofrimento persistente, e a falta de estrutura para tornar os dados de vigilância ferramentas de transformação concreta.

As propostas construídas foram:

- **Criação de uma Política Distrital de Saúde do Trabalhador**, em alinhamento com as diretrizes nacionais e com base em escuta territorializada;
- **Reorganização dos sistemas de informação e vigilância em saúde**, com foco em riscos psicossociais e ocupacionais, e acessibilidade aos dados;
- **Inclusão de notificações populares nos registros oficiais**, combatendo a subnotificação e fortalecendo a participação social;
- **Alinhamento das ações de saúde do trabalhador aos princípios do SUS**: universalidade, integralidade e equidade;
- **Incorporação da gestão participativa nos CERESTs regionais**, com comitês gestores que envolvam sindicatos e comunidades;
- **Integração da vigilância com os territórios**, garantindo devolutivas, uso político dos dados e reconhecimento das experiências locais.

C – Conclusão

A Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região consolidou-se como um espaço de resistência, escuta e construção coletiva diante dos desafios impostos pelo mundo do trabalho. Mais que preparatória para a 5ª CNSTT, foi um processo vivo de articulação entre experiências populares, sindicais e institucionais. Os relatos revelaram o sofrimento estrutural que atravessa o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores — marcado pelo adoecimento psíquico, pela precarização e pelas diversas formas de violência institucional e organizacional.

Ao mesmo tempo, emergiram propostas concretas e viáveis, enraizadas na escuta ativa, na mobilização dos territórios, na saúde mental como eixo transversal, no fortalecimento do SUS, dos CERESTs e das organizações de base, e na formação crítica

voltada à transformação social. A conferência reafirmou que é pela união dos movimentos, sindicatos, fóruns e comunidades que seremos capazes de enfrentar o adoecimento e combater coletivamente as violências no mundo do trabalho.

A Pré-Conferência não apenas denunciou a situação crítica vivida pelos trabalhadores e as perspectivas desafiadoras que se impõem, mas também **apontou caminhos possíveis e coletivos de enfrentamento**. Que esta relatoria siga como instrumento de mobilização, incidência e memória — **porque o que está em jogo não é apenas o trabalho, é a vida**.

D – PARTICIPANTES DAS MESAS / CONVIDADOS ESPECIAIS

Mesa de Abertura

- **Lura Machado** – Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- **Rafael Bastos** – Coordenação da Vigilância em Saúde do Trabalhador
- **Jacinta Sena** – Diretora Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)
- **Henrique Torres** – Assessor do Deputado Gabriel Magno
- **Jorge Henrique** – Presidente do Sindicato dos Enfermeiros
- **Vanessa Sobreira** - Sindicato dos Bancários DF
- **Elaine Faria Morelo** - Diretoria de Saúde do Trabalhador – DISAT/CEREST DF
- **Clóvis Veloso Neto** - Coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT)
- **Abel Santos** - representante dos trabalhadores de aplicativo
- **Raimundo Nonato** - Sindicato de Limpeza Urbana do DF (Sindlurb)

Mesa de Debate: Saúde Mental, Trabalho e Participação Social

- **Jorge Machado** - Coordenador do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho Fiocruz Brasília (Moderador)

•**Simone Oliveira Simone Oliveira** - Pesquisadora e Docente do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da CEESTEH/ENSP/FIOCRUZ

•**Ivanilde Batista** - Educadora popular em saúde e Secretária de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da CUT/GO

Mesa de Debates – Documento Orientador do Fórum Sindical e Fala da Deputada Erika Kokay

•**Jorge Machado** - Coordenador do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho Fiocruz Brasília (Moderador)

•**Erika Kokay** – Deputada Federal

Plenária Final:

•**Alberto Erich S de P. Okada**, membro da executiva do Fórum, psicólogo clínico, Diretor Regional da Anabb – Associação Nacional dos Funcionários do BB e Vice-Presidente do Instituto Humanos Sem Fronteiras

•**Vanessa Sobreira** - Sindicato dos Bancários DF

•**Ivanilde Batista**, da CUT/GO.

E - EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO DA PRÉ-CONFERÊNCIA

•Alberto Erich S de P. Okada (relatoria e comunicação)

•Amadeu Alvarenga (coordenação)

•Cláudia d'Arede (organização)

•Conceição (relatoria)

•Gizele Pozzetti (relatoria)

•Letícia (relatoria)

•Maira (comunicação)

- Jorge Machado (coordenação)
- Jorge Henrique (organização)

A Construção da Pré-Conferência Livre Regional DF e Região (2025) e sua Metodologia

Realizada em 8 de abril de 2025, no auditório da Fiocruz Brasília, a Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região consolidou-se como uma experiência política, pedagógica e metodológica singular. Organizada pelo **Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos DF e Região**, ora denominado Fórum, a atividade extrapolou o papel de etapa preparatória para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª.CNSTT), transformando-se em espaço de escuta ativa e engajada, denúncia coletiva e formulação de propostas enraizadas nos territórios e advindas da classe trabalhadora.

A metodologia da Pré-Conferência foi construída a partir de debates com trabalhadores(as) e comunidades do DF e entorno, e orientados pela análise crítica da participação popular. O processo metodológico se estruturou em três dimensões complementares: (1) o diálogo prévio com os sujeitos do trabalho, por meio de rodas de conversa e plenárias territoriais;

(2) o planejamento e realização do evento, com 3 mesas temáticas, plenária final com dinâmica participativa aberta; e (3) a sistematização e análise interpretativa das falas, gerando propostas e eixos temáticos construídos a partir do vivido e do escutado.

Esse processo metodológico visou não apenas subsidiar a 5ª CNSTT, mas também fortalecer a vigilância popular em saúde do trabalhador, promover vínculos e dar visibilidade urgente ao sofrimento silenciado da classe trabalhadora em seus diversos contextos de atuação.

A Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região nasceu do acúmulo construído nas rodas de escuta e conversa promovidas pelo Fórum junto a diferentes categorias

profissionais e territórios do Distrito Federal e entorno. Essas plenárias permitiram o compartilhamento de vivências atravessadas por sofrimento: adoecimento psíquico, precarização e abandono institucional.

A metodologia adotada nesses momentos foi dialógica e dialética, em que os(as) trabalhadores(as), puderam relatar suas experiências diante da opressão cotidiana inerente do capital. O espaço foi marcado não apenas pela denúncia, mas também pelo acolhimento e reconhecimento mútuo entre sujeitos que, apesar de realidades diversas, se viram unidos por um diagnóstico comum: o adoecimento do trabalho é epidêmico, estrutural e politicamente produzido.

Compromissado em contribuir com propostas à 5ª CNSTT, foi nesse contexto que surgiu a decisão do Fórum de ampliar esse processo para um evento com maior alcance e visibilidade: a construção de uma Pré-Conferência Livre. A proposta não era apenas preparar insumos, mas consolidar uma prática de participação popular, com protagonismo da classe trabalhadora e produção de um conhecimento situado, ancorado na dor, na luta e na experiência concreta dos sujeitos que constroem o país com seu trabalho.

A metodologia foi guiada por objetivos estratégicos: (1) garantir o protagonismo dos(as) trabalhadores(as); (2) formular propostas enraizadas na experiência concreta; e (3) fortalecer uma nova lógica de vigilância popular em saúde. O evento enfatizou a experiência vivida como fonte legítima de saber e de transformação política. Ao articular o Movimento Sindical, Movimento Popular, Instituições Públicas e Universidades, a Pré-conferência reafirma a responsabilidade e o compromisso das Políticas Públicas de Estado com a saúde do trabalhador, ancoradas no SUS.

Para estruturar a Pré-Conferência, o Fórum criou três coletivos de trabalho: (1) Organização: responsável pela infraestrutura e articulação com as representações convidadas; (2) Comunicação: encarregada da produção do “Texto Orientador” para reflexão prévia dos participantes, materiais de divulgação para redes sociais e formulário de inscrição; e (3) Metodologia: que organizou os temas, mesas, dinâmica da plenária e estratégias de participação. A equipe de planejamento integrou membros com diversas experiências e garantiu coerência política e fluidez logística em todas as

etapas.

O evento foi realizado no auditório da Fiocruz Brasília, com estrutura preparada para acolher as mesas, plenária e transmissão ao vivo. A escolha do espaço expressou o compromisso com a articulação e diálogo entre ciência e militância. Assim, criou-se um cenário social-político propício para ecoar as vozes e escalar as denúncias da classe trabalhadora.

A conferência foi organizada em três mesas temáticas e uma plenária final. Cada mesa abordou diferentes dimensões da saúde do trabalhador, enquanto a plenária consolidou conceitos, reafirmou diagnósticos e firmou compromissos coletivos.

A sistematização dos debates foi realizada a partir dos registros audiovisuais e das anotações da equipe de relatoria. Durante a plenária, cada bloco de inscrições foi acompanhado pelo facilitador da mesa, Alberto Okada, que identificava as palavras-chave das intervenções. Essas palavras serviram de base para a organização das categorias de análise e o posterior agrupamento das propostas por bloco temático. A análise adotou uma perspectiva crítica do discurso.

Por fim, esse material analítico foi condensado no documento Sumário, capaz de confrontar a realidade vivida com a necessidade de transformação, servindo como base para o encaminhamento de propostas à 5ª CNSTT.

Executiva do Fórum: Alberto E S P Okada; Amadeu Alvarenga; Cláudia d'Arede; Conceição de Maria Costa; Gizele Pozzetti; Jorge Mesquita H Machado; Jorge Henrique S S Filho; Letícia Silva Alves; Lura Machado; Máira Valério; Rafael Bastos; Thiago Sebastião de Melo e Vanessa Sobreira

Ata da reunião do dia 21 de julho

Data: 21 de julho de 2025

Participantes: Raimundo, Cláudia, Conceição, Letícia, Loura, Alberto Ocada, Jorge, Otamir de Castro, Amadeu, Vanessa, Adson, Rafael, Abel, Valência, Érica Cocay, Henrique Torres, outros membros do Fórum e convidados.

Resumo da reunião

A reunião do Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos reuniu representantes de diversas categorias profissionais, movimentos sociais, sindicatos e instituições de pesquisa para debater as condições de trabalho, saúde e direitos humanos, com foco especial nos trabalhadores da limpeza urbana, bancários, enfermeiros, motoboys e trabalhadores rurais.

Foram discutidos temas como a regulamentação da profissão de gari, a precarização do trabalho, saúde mental, assédio moral, inclusão de pessoas com deficiência, estratégias de mobilização, metodologias de formação e vigilância popular em saúde.

Também foram apresentados o manifesto do Fórum, o relatório da pré-conferência e o lançamento do canal de comunicação do Fórum. Encaminhamentos práticos e propostas de ação foram definidos, além do agendamento de próximas reuniões e eventos.

1. Condições de Trabalho e Luta dos Trabalhadores da Limpeza Urbana

Raimundo relatou sua trajetória como gari, destacando situações de risco, falta de EPIs, insalubridade e discriminação da categoria. 61% dos trabalhadores da limpeza urbana no DF são mulheres, com alta incidência de infecção urinária devido à falta de acesso a banheiros.

Lei distrital obriga espaços públicos e privados a cederem banheiros, mas há descumprimento e humilhação dos trabalhadores. O Projeto de Lei Federal (PL 4146), que regulamenta a profissão de trabalhador essencial de limpeza urbana, está em tramitação, enfrentando resistência por alegada falta de fonte de custeio.



Raimundo criticou a ausência de deputados em audiências públicas e a hipocrisia de políticos que só aparecem em datas comemorativas. Destacou a importância da valorização do trabalhador, do engajamento sindical e da mobilização social. Proposta de campanha de valorização dos garis e de ações de comunicação para sensibilizar a sociedade

Tabela de Ações

Título	Descrição	Responsável	Prazo	Notas
Campanha de comunicação e sensibilização dos garis sobre a importância dos garis	Desenvolver campanha de comunicação e sensibilização dos garis sobre a importância dos garis	Raimundo, Fórum	Em andamento	Incluir vídeos, depoimentos e redes sociais
Apoio ao PL 4146	Mobilizar apoio ao projeto de lei de regulamentação da profissão	Fórum, Érica Cocay	Até votação do PL	Acompanhar tramitação e pressionar parlamentares
Levantamento de trabalhadores antigos	Identificar trabalhadores antigos para	Letícia, Fórum	Próxima reunião	Para subsidiar ações

relatos resgatar a história de memória e
históricos da limpeza urbana comunicação

Questões em aberto:

- Como garantir o cumprimento da lei de acesso a banheiros para garis?
- Estratégias para ampliar o apoio parlamentar ao PL 4146?
- Como envolver mais trabalhadores antigos na construção da memória da categoria.

2. Luta pela Reforma Agrária e Saúde no Campo

Loura (MST) relatou a luta por assentamento em Formosa/GO, destacando a demora nos processos de desapropriação e reintegração de posse. O INCRA assinou decreto de desapropriação de uma das fazendas ocupadas, mas o processo de assentamento segue lento. Enfrentam reintegração de posse em outras áreas e buscam mobilização para acelerar o assentamento.

Loura também trouxe o olhar da psicologia para os trabalhadores informalizados e a importância do território na luta por direitos e saúde.

Tabela de Ações

Título	Descrição	Responsável	Prazo	Notas
Mobilização pelo assentamento	Articular ações para acelerar o processo de assentamento	Loura, MST	Em andamento	Envolver INCRA, movimentos e imprensa
Apoio psicossocial	Desenvolver ações de apoio psicológico aos	Loura	Próxima reunião	Integrar abordagem territorial



trabalhadores do
campo

Questões em aberto:

- Como pressionar o INCRA e o governo para acelerar o assentamento?
- Estratégias para garantir saúde e direitos aos trabalhadores informalizados do campo?

3. Saúde Mental, Assédio e Precarização do Trabalho

Alberto Ocada apresentou sua experiência com atendimento psicológico a trabalhadores adoecidos, vítimas de assédio e exclusão. Destacou a falta de legislação para jornada reduzida a pessoas com deficiência e a necessidade de acolhimento institucional.

Relatou parceria com o Instituto Rolival da Almança e atuação em rede nacional de psicólogos voluntários. Debateu-se a importância de reconhecer trabalhadores da limpeza urbana como agentes de saúde pública, conforme previsto na Lei 8080/SUS.

Jorge e outros participantes ressaltaram a interseccionalidade (raça, gênero, território) e a necessidade de campanhas de valorização e dignidade do trabalho. Proposta de produção de filme/campanha sobre a valorização dos garis e ações de educação nas escolas.

Tabela de Ações

Título	Descrição	Respon sável	Prazo	Notas
Campanha de saúde mental	Desenvolver ações de sensibilização sobre	Ocada, Fórum	Em andamento	Incluir vídeos,

	saúde mental e		rodas de
	assédio		conversa
	Produzir		Busc
Proposta	material audiovisual	Jorge,	Próximo parcerias
de	sobre a dignidade do Fórum	ma reunião	para
filme/campanha	trabalho		produção
	Atuar para		Monit
	Incidência garantir direitos de	Fórum,	orar projetos
sobre legislação	jornada reduzida a parceiros	Em	de lei
	PCDs	andamento	

Questões em aberto:

- Como ampliar o acolhimento institucional a trabalhadores adoecidos?
- Estratégias para garantir jornada reduzida a PCDs?
- Como envolver escolas e comunidades nas campanhas de valorização?

4. Bancários: Saúde, Precarização e Organização Sindical

Otamir de Castro, Amadeu e outros bancários relataram histórico de lutas, conquistas e perdas da categoria, especialmente após reformas neoliberais e privatizações.

Destacaram o aumento de doenças psíquicas, pressão por metas, assédio moral e achatamento salarial.

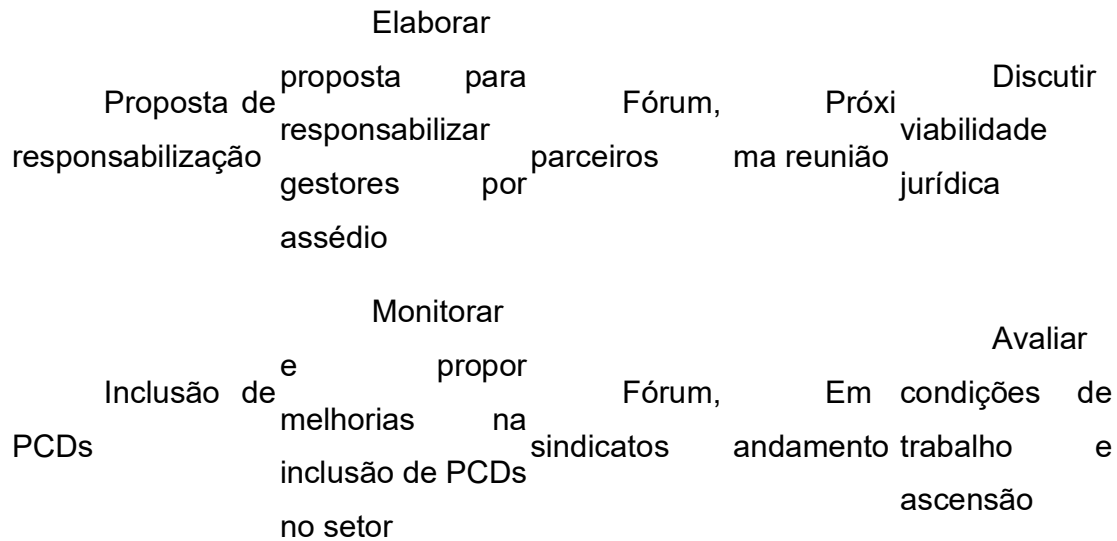
Debate sobre a importância da solidariedade, da saúde como redistribuição de riqueza e da resistência sindical. Apresentação de pesquisas nacionais e regionais sobre adoecimento dos bancários, com previsão de publicação de relatório em agosto. Proposta de seminário específico para bancários, com participação de pesquisadora Ana Magnoli (virtualmente).



Discussão sobre a necessidade de ação concreta além de pesquisas, com propostas de atuação junto ao Ministério Público e imprensa. Debate sobre a responsabilização de gestores por assédio moral e inclusão de PCDs no setor bancário.

Tabela de Ações

Título	Descrição	Responsável	Prazo	Notas
Publicação de pesquisa	Divulgar resultados das pesquisas sobre adoecimento bancário	Adson, Fórum	Agos	Trazer pesquisadora Ana Magnoli
Seminário dos bancários	Organizar seminário para debater saúde e condições de trabalho	Fórum, FETEC	Sete	Definir data e local



Questões em aberto:

- Como garantir efetividade das ações contra assédio moral?
- Estratégias para ampliar a inclusão e apoio a PCDs nos bancos?
- Como transformar pesquisas em ações concretas de mobilização e mudança?

5. Metodologia, Formação e Manifesto do Fórum

Apresentação do manifesto do Fórum, destacando a construção coletiva, o vínculo com o território, a vigilância popular em saúde e a centralidade dos trabalhadores. Relato do histórico do Fórum, sua articulação com sindicatos, movimentos sociais, Fiocruz, UnB, Ministério da Saúde, Ministério Público, entre outros.

Proposta de atuação baseada em três pilares: formação-ação crítica, engajada/cartografia crítica e incidência política. Lançamento do canal de comunicação do Fórum para divulgação de ações, notícias e materiais formativos.

Discussão sobre a necessidade de aprimorar e circular o manifesto, tornando-o instrumento de mobilização e reflexão.



Definição de reuniões e seminários futuros, com destaque para o seminário de setembro e reuniões preparatórias em agosto.

Tabela de Ações

Título	Descrição	Responsável	Responsável	Prazo	Notas
Revisão e circulação do manifesto	Aprimorar o texto do manifesto e divulgar entre participantes	Grupo de metodologia	Grupo	Até próxima reunião	Incorporar sugestões e conceitos-chave
Lançamento do canal de comunicação	Estruturar e alimentar o portal do Fórum com informações e notícias	Rafael, Fórum	Rafael, Fórum	Immediato	Incluir manifesto, sumários, notícias

Organização do seminário
Planejar e realizar seminário em setembro
Desenvolver cartografia crítica dos territórios de atuação
Fórum, FETEC
Grupo de metodologia
Sete membros
Até dezembro
Definir programação e convidados
Integrar experiências de campo

Questões em aberto:

- Como garantir a participação efetiva das categorias nas ações do Fórum?
- Estratégias para ampliar o alcance do canal de comunicação?
- Como articular as propostas do manifesto com políticas públicas concretas?

6. Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Próximos Passos

Relato da participação na pré-conferência regional e articulação para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Discussão sobre a importância da participação social, territorialização das lutas e articulação com movimentos do campo, floresta e águas.

Propostas de formação e ação a partir das experiências do Fórum, com foco em vigilância popular e metodologias participativas. Definição de reuniões preparatórias para a conferência e para o seminário de setembro.

Agendamento de reuniões:

- 12 de agosto: reunião de metodologia e organização.
- 13 de agosto: reunião cultural em Planaltina.

Tabela de Ações

Título	Descrição	Responsável	Prazo	Notas
	Organizar			
Preparação para a conferência a 5ª Conferência Nacional	Preparar propostas e representantes para a 5ª Conferência Nacional	Fórum, representantes	Até conferência	Sistematizar propostas e relatórios
Reunio	Reunião para definir estratégias e ações do Fórum	Grupo de metodologia	12 de agosto	Definir pauta e participantes
Reunio Planaltina	Participação cultural no encontro cultural regional	Fórum, Rafael	13 de agosto	Articular organizações locais

Questões em aberto:

- Como garantir a efetividade das propostas do Fórum na Conferência Nacional?
- Estratégias para ampliar a participação de diferentes territórios e categorias?

7. Inclusão, Diversidade e Juventude

Debate sobre inclusão de pessoas com deficiência, desafios para garantir acessibilidade e ascensão profissional. Discussão sobre a rejeição da CLT por parte da juventude e a necessidade de diálogo para resgatar direitos trabalhistas. Proposta de ações de formação e comunicação voltadas para jovens trabalhadores, especialmente de aplicativos.



Alerta para projetos de lei que podem reduzir cotas de inclusão e necessidade de monitoramento.

Tabela de Ações

Título	Descrição	Responsável	Prazo	Notas
Monitoramento de PLs	Acompanhar projetos de lei sobre cotas e inclusão de PCDs	Fórum, parceiros	Em andamento	Atuar junto a parlamentares
Ações com juventude	Desenvolver campanhas e formações para jovens trabalhadores	Fórum, sindicatos	Até dezembro	Foco em trabalhadores de aplicativos

Levantar dados sobre Fórum, Próxi Subsidiar
Diagnóstico de inclusão e sindicatos ma reunião propostas de
co de inclusão condições de PCDs nos setores ação

Questões em aberto:

- Como dialogar de forma efetiva com a juventude trabalhadora?
- Estratégias para garantir inclusão real de PCDs e combater fraudes nas cotas?

8. Encerramento e Avaliação

Agradecimentos aos participantes, destaque para o trabalho coletivo e para a importância das ações integradas. Informes sobre saúde de membros do Fórum e solidariedade aos companheiros em situação de saúde delicada. Encaminhamento para reuniões de avaliação financeira e organização interna.

Resumo Final

A reunião consolidou o Fórum como espaço plural e participativo, reafirmando o compromisso com a saúde, dignidade e direitos dos trabalhadores.

Foram definidos encaminhamentos práticos para campanhas, seminários, ações de comunicação, incidência política e participação em conferências.

O desafio central é transformar diagnósticos e debates em ações concretas, fortalecendo a vigilância popular em saúde, a valorização das categorias e a construção coletiva de alternativas para o mundo do trabalho.

Próximas reuniões e eventos agendados:

- 12 de agosto: Reunião de metodologia e organização do Fórum (início da tarde).
- 13 de agosto: Reunião cultural em Planaltina (manhã).
- Setembro: Seminário dos bancários (data a definir).

Questões gerais em aberto:

- Como garantir a efetividade das ações propostas e ampliar a participação das bases?
- Estratégias para transformar o manifesto e os relatórios em instrumentos de mobilização e incidência política?
- Como articular as diferentes categorias e territórios em ações integradas e contínuas?

Documentos e materiais citados:

- Manifesto do Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos.
- Relatório da pré-conferência regional.
- Sumário dos encaminhamentos.
- Canal de comunicação do Fórum (portal online).

Responsáveis pelo acompanhamento geral:
Grupo de metodologia e comunicação do Fórum, com apoio das entidades participantes.

Ata da reunião do Fórum dia 14 de maio

Bloco 1 – Avaliação da Pré-conferência

A Pré-Conferência Livre Regional – DF e Região foi uma experiência política e metodológica marcante, que extrapolou o papel de etapa preparatória para a 5ª CNSTT. Foi um processo vivo de escuta, construção e articulação entre vozes diversas, territórios e experiências, marcado pela pluralidade e pelo compromisso com a verdade dos trabalhadores. Os relatos trouxeram à tona o sofrimento cotidiano gerado pela precarização e pelas violências no mundo do trabalho, mas também afirmaram a potência da resistência coletiva.

Destacou-se a qualidade analítica das intervenções e a coerência entre os princípios defendidos e a forma de condução dos trabalhos — com escuta ativa, horizontalidade, protagonismo popular e sistematização clara. O documento orientador foi uma ferramenta política eficaz, e a relatoria final, um registro potente de denúncia e proposta. Que o Fórum siga como espaço permanente de escuta e mobilização, e que as proposições alimentem as lutas locais além do ciclo da conferência.

A organização logística também foi positiva: infraestrutura adequada, divisão clara de tarefas e transmissão ao vivo pelo YouTube, que ampliou o alcance do evento. Recomenda-se, para as próximas edições, ampliar o tempo de debate por categoria profissional, manter a transmissão em tempo integral e garantir melhor distribuição das responsabilidades administrativas. A inclusão de tradução em Libras e a oferta de água e café dentro da sala devem ser consideradas como melhorias necessárias. O intervalo com almoço gratuito foi um acerto, favorecendo a integração e o acolhimento.

A conferência reafirmou que o sofrimento no trabalho não é falha individual, mas uma questão coletiva e política. E mostrou que construir saúde do trabalhador é, acima de tudo, construir encontros humanos, solidariedade e práticas coerentes com os valores que se deseja promover na sociedade.

A conferência reafirmou que o sofrimento no trabalho não é falha individual, mas uma questão coletiva e política. E mostrou que construir saúde do trabalhador é, acima de tudo, construir encontros humanos, solidariedade e práticas coerentes com os valores que se deseja promover na sociedade.

Bloco 2 – Apresentação dos Trabalhos da Relatoria

A relatoria da Pré-Conferência foi desenvolvida com base em uma metodologia rigorosa e participativa, que combinou recursos técnicos e análise interpretativa. As falas foram registradas por meio de gravação e transcrição integral dos debates, seguidas da identificação de palavras-chave e temas recorrentes. A partir disso, foi realizada uma análise interpretativa de discurso, com destaque para falas de impacto e significância política e simbólica. As intervenções e propostas foram agrupadas em seis categorias temáticas — 1) Condições Estruturais e Organizacionais de Trabalho; 2) Saúde Mental e Adoecimento no Trabalho; 3) Direitos, Dignidade e Inclusão; 4) Organização, Mobilização e Participação; 5) Comunicação, Educação e Cultura Organizacional; e 6) SUS, Saúde Pública e Governança. Por fim, foi feita a consolidação dos trabalhos da manhã e da tarde, integrando os eixos político-metodológicos apresentados nas mesas com as proposições construídas coletivamente na plenária final.

Bloco 3 – Encaminhamentos

A partir das propostas apresentadas na Pré-Conferência, foi sugerido que o Fórum selecione alguns temas para discussão interna com maior profundidade, visando articular uma incidência técnica e política mais estruturada. Entre os tópicos sugeridos estão: a **revisão e aplicação da NR-1**; o **fortalecimento das conexões entre o SUS e a saúde suplementar**; a **sobrecarga de demanda no SUS** decorrente do cancelamento dos planos de saúde coletivos como benefício do trabalhador; o **descaso das organizações com os afastamentos superiores a 15 dias**, quando a responsabilidade pelo adoecimento é laboral; as **falhas nos processos de perícia médica** que comprometem a devolução de recursos à Previdência por meio da **ação regressiva (Lei 8.213/91)**; e a **ausência de vinculação entre os agravos e o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP)**.

Para avançar nesse debate, propõe-se a participação direta do **Ministério da Saúde**, do **Ministério da Previdência**, dos **CERESTs regionais** e de outras instâncias estratégicas, com o objetivo de construir uma **agenda integrada entre vigilância, cuidado, responsabilização institucional e garantia de direitos dos trabalhadores**.

Foi proposta que a próxima reunião, seja apresentado o relatório final da Pre-Conferência e se discuta a agenda de trabalho.

Ata da Reunião do dia 3 de novembro

Horário de início: 20h33

Local: Reunião on-line

Participantes: Jorge, Amadeu, Camila, Cláudia, Lura, Jaqueline, Okada (Alberto)..

A reunião iniciou-se com a apresentação pelo Jorge das três linhas principais de produção documental em andamento:

Síntese e dossiê do Fórum e da Conferência, reunindo boletim, manifesto aberto, manifesto detalhado e documentos preparatórios, compondo o texto final de encerramento do ciclo de encontros.

Documento técnico do curso da Fiocruz, contendo metodologia, processo pedagógico, referências e abordagem territorializada da classe trabalhadora.

E-book vinculado ao projeto Vigilância Popular e Saúde em Rede, desenvolvido em parceria com o Rio de Janeiro, voltado à vigilância popular e à produção de conhecimento de base territorial.

Esses materiais terão caráter didático e institucional, compondo o acervo do curso e do Observatório, vinculado à segunda emenda do projeto.

Foi reafirmado o foco em cinco categorias prioritárias:

Entregadores (motoboys)

Limpeza Urbana

Bancários

Enfermagem

Classe Trabalhadora Territorializada (como os assentamentos do MST e o Sol Nascente)

Também foram mencionadas temáticas adicionais oriundas de Goiás, como mineração e turismo de base comunitária, que poderão ser incorporadas em etapas futuras.

Encaminhamento: manter o foco nessas cinco categorias, ampliando posteriormente conforme a evolução das atividades.

Foi destacada a importância da enquete engajada, proposta já desenvolvida por Okada, articulada à cartografia crítica dos territórios como instrumento de produção participativa de informações sobre condições de trabalho e saúde.

O grupo decidiu dedicar o período restante do ano à consolidação dos documentos e metodologias que servirão de base para o encontro final de dezembro.

Camila solicitou esclarecimentos sobre o material produzido por Cristina e Ivanildes em Goiás.

Ficou esclarecido que o curso goiano servirá como referência metodológica, especialmente no que se refere à análise de situações críticas (agravos e problemas enfrentados por cada categoria) e contextos de risco (condições e locais onde os agravos se manifestam).

Encaminhamento: utilizar a experiência de Goiás como base inspiradora, preservando a autonomia metodológica de cada território e categoria.

Okada (Alberto) apresentou proposta de metodologia para início do processo de pesquisa da cartografia de cunho dialógico e dialético, sugerindo a realização de visitas aos territórios com caráter formativo e de escuta, priorizando conversas espontâneas,

registros em diário de campo e observação das condições de trabalho e de saúde mental dos trabalhadores.

A proposta destacou a importância de integrar conteúdo para o processo de formação, para que o e-book e o curso expressem experiências reais e não apenas teóricas, valorizando o protagonismo das próprias categorias; além de servir de informação / subsídios para que as ideias fluam de forma qualificada para a construção da enquete engajada.

Foi sugerido também o envolvimento de representantes sindicais e lideranças locais nas atividades, fortalecendo o engajamento e a construção coletiva do conhecimento.

O grupo reconheceu a necessidade de articular teoria e prática de forma orgânica, partindo de uma base metodológica comum. Ficou encaminhado que o dia 14 de novembro será dedicado a uma oficina interna de método e informação, voltada à integração dos documentos e à definição conjunta das estratégias de campo.

As visitas aos territórios ocorrerão posteriormente, com a finalidade de mobilizar as categorias, aprofundar as discussões locais e produzir insumos qualitativos para o documento-síntese, o curso e o e-book.

Okada, Camila e Fernando acompanharão a organização das atividades, apoiando a logística e a sistematização das informações. Os resultados serão retomados no encontro final de dezembro, compondo a síntese do Fórum e orientando os passos seguintes da formação.

Cláudia apresentou o andamento das ações junto à Limpeza Urbana, destacando que as principais queixas surgem em torno da saúde mental, especialmente entre as mulheres.

Relatou que, nos encontros anteriores, a presença majoritária de homens inibiu a fala das trabalhadoras, levando o grupo a planejar um novo encontro exclusivo para elas, com apoio de Conceição e Lura. A decisão partiu das próprias mulheres, que demonstraram desconforto em abordar temas íntimos na presença de colegas e chefias.

Foram relatadas queixas sobre falta de banheiros adequados e violências sofridas no trabalho e no trajeto, o que reforça a necessidade de um olhar específico para as condições de gênero.

Encaminhamento: dar continuidade à escuta das mulheres da limpeza urbana e incluir essa experiência no processo de sistematização, em articulação com a Fiocruz e o sindicato.

Amadeu ressaltou a importância de manter a integração entre as categorias, evitando que cada frente se torne isolada. Argumentou que o Fórum deve fortalecer a visão de totalidade, conectando as experiências particulares à luta comum da classe trabalhadora. Defendeu que o diálogo entre categorias é essencial para evitar fragmentações e para manter viva a dimensão pedagógica e transformadora do processo.

Na sequência, Jorge reforçou que o debate sobre gênero e saúde mental precisa ser entendido de forma interseccional, atravessando todas as categorias e territórios. Destacou que as trabalhadoras da limpeza urbana vivem condições distintas das dos homens, com maior exposição à violência e menor reconhecimento social.

Apontou que o Fórum deve permitir que as expressões concretas emergam das falas das próprias pessoas, sem interpretações antecipadas, e que o curso funcionará como espaço de integração entre teoria e prática permitindo, o amadurecimento das experiências.

Reforçou que saúde mental e violência são eixos transversais do Fórum e que devem permanecer centrais na formação e nas ações de campo.

Encaminhamento geral: consolidar, nos produtos do Fórum, os eixos de saúde mental, violência e interseccionalidade, articulando gênero, território e condições de trabalho.

O grupo também tratou do planejamento das próximas etapas.

Ficou definido que:

A oficina metodológica ocorrerá em 14 de novembro, em formato presencial interno, para consolidação dos documentos e definição das estratégias de campo;

As visitas aos territórios serão realizadas após a oficina, com a participação de representantes das categorias e acompanhamento da equipe executiva;

O encontro final será realizado na semana do dia 19 de dezembro, com socialização dos resultados, síntese das experiências e lançamento parcial do e-book.

Foi confirmada a incorporação de Fernando como secretário, responsável pelo suporte e apoio administrativo, organização de pastas e relatórios, e colaboração direta com Camila e Okada na integração das atividades.

O grupo encerrou a reunião reafirmando o compromisso coletivo de manter o caráter participativo, intersetorial e territorial do Fórum, unindo pesquisa, formação e ação social em defesa da saúde e dos direitos dos trabalhadores.

Ata da reunião do dia 14 de novembro

Proposta de Vídeo para o Dia da Consciência Negra Camila Piacesi informou que dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra e propôs a produção de um vídeo para o Instagram, focando no papel do fórum em relação ao trabalhador negro e suas dificuldades. Jorge Machado apoiou a ideia, sugerindo a participação de Raimundo, Conceição, Lura e Rafael, e conectou a discussão à escravidão que "não acabou", especialmente no contexto da captura do tempo de trabalho, como na jornada 6x1. Jorge Machado também ressaltou que a desvalorização do trabalho é uma herança da escravidão, citando a invisibilidade desses trabalhadores e a importância da fala do fórum. Engajamento e Luta da Categoria Limpeza Urbana Raimundo Morais, que se colocou à disposição para o vídeo, informou sobre uma campanha de conscientização junto a um supermercado que barrou trabalhadores da limpeza urbana de usar o banheiro. Ele mencionou que o supermercado fará um vídeo de retratação e oferecerá 10% de desconto aos garis. Raimundo Morais também atualizou sobre o projeto de lei

para criar um piso salarial para os garis, destacando que a dificuldade anterior de fonte de custeio foi resolvida no relatório da CCJ.

Organização das Próximas Reuniões e Observatório Jorge Machado sugeriu que a reunião de 12 de dezembro trate da discussão do observatório e da execução do cronograma de formação, que deve ocorrer de março a outubro. Ele propôs que o observatório seja um artefato difusor das informações geradas pelo processo formativo e comunicação. Jorge Machado propôs duas reuniões preparatórias, sendo uma para 1º de dezembro, focada na informação que sai do inquérito engajado e da cartografia, e uma segunda reunião na semana seguinte para preparar o encontro do dia 12.

Estruturação do Plano de Trabalho e o Curso de Formação Jorge Machado também mencionou a necessidade de finalizar o plano de trabalho e o projeto básico da emenda da Érica, com foco na formação do curso e do observatório. Esse documento deve ser simplificado e não muito técnico, consolidando a proposta com apenas duas metas: a operacionalização do curso e a sistematização da informação (o observatório). Ele sugeriu que o e-book seja um documento em construção durante os meses de formação, servindo como tema de discussão.

Convocação e Engajamento para o Curso de Formação Jorge Machado expressou a necessidade de definir o local para a reunião de 12 de dezembro, com capacidade para 40 a 50 pessoas, considerando as vagas do curso e as pessoas que trabalharão nos intermódulos. Ele destacou que o encontro de dezembro deve ter como tema central o engajamento, no sentido de construir o público que participará da caminhada em 2024.

Organização dos Trabalhos e Enfrentamento ao Neoliberalismo Jorge Machado detalhou a estrutura de trabalho, incluindo grupos para comunicação, observatório, e operação de encontros e grupos de aprendizagem, além da estratégia de diálogo externo em seminários de apresentação e síntese, que podem ocorrer até o final do ano. Ele enfatizou a necessidade de união para combater a estratégia de fracionamento do capital, que é vista como dramática dentro das categorias de trabalhadores, como a bancária e a da saúde, que estão totalmente esmagadas pelo fracionamento.

Proposta de Reunião no Sol Nascente e o Combate Amplo José Amadeu Alvarenga reforçou a importância de olhar para as especificidades, mas enfatizou que não se deve perder de vista o todo do grande combate contra o capital, que esmaga a classe trabalhadora. Ele propôs a realização de uma reunião no Sol Nascente antes do dia 12 de dezembro para tornar a discussão mais didática, permitindo que os companheiros e companheiras de lá sintam e observem o que está sendo discutido na prática. Encaminhamentos e Logística de Reuniões José Amadeu Alvarenga solicitou a Lura Machado Costa e Rafael que verificassem a possibilidade de realizar a reunião no Sol Nascente e propôs que a resposta à emenda de Jorge Cláudio fosse tratada com iniciativa e objetividade. Lura Machado Costa mencionou que o final do ano dificulta a utilização da cozinha do MST, sugerindo o acampamento 8 de Março ou o Armazém do Campo como alternativas.

Deliberação: Alberto Okada indicou que as sugestões de todos foram contempladas, e que faria a ata da reunião, propondo a divisão de tarefas através de tutorias para evitar a centralização. A reunião, proposta para antes do dia 12, foi marcada provisoriamente para dia 8 de manhã, mas o local permanece em dúvida.

Ajustes na Data da Reunião e Logística de Apoio Camila, do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, confirmou que as questões do dossiê dependem de formatação e precisava do texto sobre a tenda Paulo Freire, e ajustou a presença dele para o apoio administrativo para a terça-feira, em vez de segunda-feira, devido à reunião de agenda com o Jorge no sindicato. Jorge Machado pediu para Camila falar com Jorge sobre a indicação de outra pessoa da enfermagem para acompanhar os trabalhos.

Próximas etapas sugeridas:

Camila Piacesi irá finalizar o dossiê do fórum, incluindo formatação, sumário, a parte da tenda Paulo Freire da conferência e o registro da reunião atual.

Camila Piacesi irá elaborar um roteiro de texto e uma proposta de agenda para a gravação de um vídeo para o Instagram sobre o Dia da Consciência Negra e entrar em contato com Raimundo Morais e demais convidados para alinhar horário e local.

Jorge Machado irá finalizar o plano de trabalho e o projeto básico da emenda da Érica para o ano que vem, focado na formação do curso e do Observatório, até o dia 25/11 e circular a proposta na próxima semana.

Jorge Machado irá realizar uma reunião presencial no dia 1º de dezembro, na Fiocruz (das 13h às 16h), para discutir a informação da enquete engajada e da cartografia.

Será chamada uma reunião para fazer um esboço e uma síntese da proposta de incluir a enquete engajada dentro do curso Visat.

O grupo irá realizar uma reunião no dia 12 de dezembro para discutir a organização do Observatório, a execução da formação e o engajamento dos grupos, apresentando um cronograma.

Alberto Okada irá fazer a ata desta reunião para registro dos encaminhamentos.

Alberto Okada e Camila irão dividir as tarefas de revisão de formatação e conteúdo, aproveitando a colaboração do grupo.

Lura Machado Costa irá verificar a disponibilidade de um local para a reunião antes do dia 12, priorizando o Armazém do Campo, o acampamento 8 de Março ou outro espaço do MST.

Camila irá comparecer no escritório na terça-feira de manhã para conversar com Jorge Machado, já que Fernando e outra pessoa de administração (Ada) estarão lá para dar apoio, e solicitar a Jorge (o outro Jorge) que traga mais alguém do sindicato de enfermagem para acompanhar o grupo.